



DJAILSON MARTINS ROCHA

**O Estado nas “leis do jogo”**  
**O dever de proteção à segurança no trabalho dos**  
**desportistas profissionais**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito

Orientador:

Doutor José Manuel Meirim

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Fevereiro de 2017

## O Estado nas “leis do jogo”

### O dever de proteção à segurança no trabalho dos desportistas profissionais

Djailson Martins Rocha

*(...) Esta pergunta é uma que só os muito velhos fazem. Meu benfeitor certa vez me contou a respeito quando eu era jovem, mas meu sangue era forte demais para poder entendê-la. Agora eu a entendo. Dir-lhe-ei qual é: esse caminho tem coração? Todos os caminhos são os mesmos, não conduzem a lugar algum. São caminhos que atravessam o mato ou que entram no mato. Em minha vida posso dizer que já passei por caminhos compridos, compridos, mas não estou em lugar algum. A pergunta de meu benfeitor agora tem um significado. Este caminho tem um coração? Se tiver o caminho é bom, se não tiver não presta (...)*

*Don Juan a Carlos Castañeda*

## **Declaração de compromisso antiplágio**

Declaro, sob as penas da lei, que o texto ora apresentado é original e de minha exclusiva autoria. Todas as contribuições ou textos alheios estão devidamente referenciados. Estou ciente de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

**Assinatura:**

---

## **Agradecimentos**

À minha mãe, Julinha, presença marcante e carinhosa ao longo de minha vida.

À Juliana e Victória, minhas flores amadas. Por existirem.

Ao meu orientador, José Manuel Meirim, estimulador constante: “Bora lá!”

Ao meu amor, Claudinha, sem você este trabalho não seria possível.

## **Modo de citar e língua**

Foi adotado o modelo de “citação em nota”. A primeira nota referente a cada obra informa o(s) nome(s) do (s) autor(es), o título, o local de publicação, a editora, o ano da publicação e o(s) número(s) da(s) página(s) em que a ideia ou texto foi extraído. Nas citações seguintes da mesma obra é informado, apenas, o apelido do autor, uma abreviação do título e a(s) página(s) da referência.

As notas referentes às citações extraídas da internet seguem o mesmo modo de citar acima destacado quanto aos elementos de identificação que estão disponíveis nos sítios, sempre indicando o endereço eletrônico e a data de consulta.

O texto está escrito na vertente brasileira da língua portuguesa, conforme o acordo ortográfico.

## **Lista de Abreviaturas**

- CBF** - Confederação Brasileira de Futebol
- CRP** - Constituição da República Portuguesa
- Ed.** - Edição
- LDB** - Lei de Bases da Atividade Desportiva e do Desporto
- FIBA** - Federação Internacional de Basketball
- FIFA** - Federação Internacional de Futebol
- FIFPro** - Federação Sindical de Jogadores de Futebol
- FIVB** - Federação Internacional de Volleyball
- F-MARC** - Centro de Avaliação e Investigação Médica da FIFA
- FINA** - Federação Internacional de Natação
- FPT** - Federação Portuguesa de Futebol
- IFAB** - International Football Association Board
- IDPJ** - Instituto Português do Desporto e Juventude
- InVS** - Institut de Veille Sanitaire
- WHS** - Workplace Health and Safety Regulators
- NFL** - National Football League
- Nº** - Número
- MMA** - Mixed Martial Arts
- MPT** - Ministério Público do Trabalho
- P.** - Página
- PP.** - Páginas
- STA** - Superior Tribunal Administrativo
- Vol.** - Volume

## **Número de Caracteres**

Declaro que o corpo da dissertação é composto por 181.818 caracteres, incluindo notas e espaços.



## **Resumo**

O desporto profissional, atividade com crescente importância social e económica, e com normatização nascida no campo privado, vem sofrendo, cada vez mais, a interferência estatal. Isso decorre das múltiplas matérias de ordem pública que lhe são transversais, especialmente os direitos fundamentais. Uma das últimas áreas de autonomia exclusiva das entidades desportivas, as chamadas “leis do jogo”, normas técnicas que definem as modalidades, também vem sendo instadas pelo dever de proteção estatal a se conformarem ao valor “dignidade humana”, especialmente quanto à segurança no trabalho dos desportistas profissionais.

Os principais desafios encontrados nesse caminho são o caráter internacional das normas desportivas e a necessidade de se preservar, o quanto possível, a liberdade e a autonomia pessoal. Os instrumentos do Estado para essa tarefa são a legislação, a judicialização e o convencimento e negociação com as entidades desportivas. O critério para se definir a necessidade e o nível de intervenção seria o grau de autonomia do desportista profissional na sua prática desportiva, essencialmente nulo quando se trata do trabalho subordinado por conta de outrem.

## **Abstract**

Professional sports, activities which have their origins in the private sector and rising importance both socially and economically, have been suffering from ever-increasing state interference. This stems from the many cross-cutting issues of public order, especially regarding fundamental rights. One of the remnant areas of exclusive autonomy of the sports entities, the so-called "laws of the game", technical rules that define the sport modalities, have also been summoned by the State's duty of protection to conform to the value "human dignity", especially with regard to occupational safety at work.

The main challenges encountered along this path are the international nature of sporting rules and the need to preserve freedom and personal autonomy as much as possible. The instruments of the State for this task are the legislation, the judicialization and the convincing and negotiation with the sports entities. The criterion for defining the need and level of intervention would be the degree of autonomy of the professional sportsman in his sports practice, practically null when it comes to subordinate work for others.

## **Introdução**

Começa-se essa jornada tentando imaginar o mundo há cerca de cinquenta, oitenta mil anos. Em um dos raros momentos em que nossos ancestrais pré-históricos, com o estômago já cheio, não precisaram caçar, coletar ou se preocupar com predadores, alguns indivíduos resolveram disputar quem chegaria primeiro ao topo da colina ou ao outro lado do riacho. Quem arremessava a pedra mais longe. Outros membros do grupo que assistiam a “brincadeira” divertiram-se. Momentos assim deviam ser raros na árdua luta pela sobrevivência. Mas a alegria, os risos, a excitação, levou a experiência a repetir-se inúmeras vezes ao longo dos próximos milênios. À medida que o avanço das técnicas de sobrevivência resultou em maior tempo livre, as brincadeiras foram se transformando em rituais, jogos religiosos, militares e festivos até que há cerca de cento e cinquenta anos tomaram a forma de competições organizadas, tendo um fim em si mesmas<sup>1</sup>.

Na falta de melhores registros, esse bem pode ter sido o real percurso do nascimento à consolidação do desporto profissional, atividade que atualmente dispensa apresentações<sup>2</sup> ao ponto de qualquer boa narrativa sobre a cultura e a sociedade atual não poder dele se descurar<sup>3</sup>.

O desporto, ao longo da história, foi assumindo papéis sociais, econômicos e políticos cada vez de maior relevância, mas, apesar de sua institucionalização, com a criação de estruturas responsáveis pela organização das competições e pelo estabelecimento de regras, não deixou de continuar a ser, essencialmente, “um mero e simples jogo” que carece de maiores explicações<sup>4</sup>.

Contudo, à medida que foi se tornando mais importante, já na sociedade moderna, o desporto teve que vestir o uniforme da economia e da política e,

---

<sup>1</sup> GARCIA, Fernando [et al.], cit. por CASADO, Eduardo Gamero - Bases Estructurales del Sistema Deportivo. Em Fundamentos de Derecho Deportivo (Adaptado a Estudios no Jurídicos). Madrid: Editorial Tecnos, 2012, p. 55.

<sup>2</sup> ANDRADE, Manuel Da Costa - Consentimento e acordo em Direito Penal. Coimbra : Coimbra Editora, 1991, p. 316.

<sup>3</sup> MÜNZERG, cit. por ANDRADE, 1991, p. 316.

<sup>4</sup> NOLASCO, Carlos - O Caracter Pluralista do Direito do Desporto. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, p. 149.

gradualmente, ir deixando de ser essencialmente um espaço de prazer e divertimento, processo que cobrou um alto preço: “Os deuses vendem quando dão”<sup>5</sup>. A agressividade intrínseca ao desporto de competição, que até então se mantinha razoavelmente controlada, passou a desafiar e escapar com muita frequência aos controles que foram sendo adotados. A saúde, outrora considerada um dos seus melhores frutos, passou a ser das suas maiores vítimas. O racismo, a xenofobia e a violência também encontraram seu espaço. No afã de resultados que representam enormes quantias de dinheiro e prestígio desprezam-se, cada vez mais, os limites do corpo, submetido a condições extremas e insalubres.

Não se pode esquecer que o desportista profissional é, essencialmente, um trabalhador como outro qualquer. Porém, atualmente, é visto como alguém que escolheu esse caminho e, portanto, deve se submeter às *leis do jogo*, quaisquer que sejam elas.

O Estado, por sua vez, titubeia entre aproveitar-se do sucesso econômico e político do desporto, que ainda distrai o cidadão, ou exercer sua função de protetor do direito do desportista profissional, como qualquer trabalhador, à segurança no trabalho.

Reconheça-se, entretanto, que desempenhar esse papel não é fácil. Vários são os direitos fundamentais envolvidos. Reorientar o desporto, especialmente o profissional, totalmente para a saúde, significaria enterrar o atual sistema desportivo<sup>6</sup>. Assim, há que se buscar um equilíbrio entre o direito à saúde, à segurança no trabalho e os também fundamentais direitos à liberdade e à autonomia pessoal. Lançar luz sobre esse verdadeiro “caminho das pedras” será o desafio deste trabalho.

---

<sup>5</sup> “Os Deuses vendem quando dão. Compra-se a glória com desgraça. Ai dos felizes, porque são Só o que passa! ...”, Fernando Pessoa, *in* Mensagem, 1934.

<sup>6</sup> CARRASCOSA, Julián Hontangas - El derecho a la salud en el deporte. 1ª edição ed. Madrid: Reus, 2016, p. 16.

## Capítulo I

### O estado atual da questão

#### 1.1 – O problema

O porte económico do desporto<sup>7</sup> e o *glamour* com que a *mídia* mostra a vida de suas principais estrelas induzem a pensar que o Estado não deveria se ocupar com a segurança no trabalho dos desportistas profissionais. Não haveria razões para preocupações com trabalhadores de um mundo tão especial, verdadeiro “conto de fadas”. Festas estrondosas, barcos de luxo e aviões particulares nas férias. O olhar público parece concentrar-se nessa face vistosa do desporto profissional que, no entanto, obscurece a situação de milhares, milhões de desportistas profissionais em todo o mundo que não chegam ao estrelato e, por diversas razões, algumas estudadas neste trabalho, acabam se submetendo a condições de trabalho pouco analisadas e que trazem riscos acentuados à sua vida e saúde. Na profissão, é frequente a incapacitação precoce, graves doenças debilitantes e, não tão raramente, a própria morte<sup>8</sup>.

Apesar das estatísticas oficiais em Portugal, como de resto em outros países<sup>9</sup>, não considerarem as graves lesões sofridas pelos desportistas profissionais como acidentes de trabalho<sup>10</sup>, dados do *Bureau of Labour Statistics* indicam que o desporto profissional estaria entre as cinco ocupações em que ocorrem mais de mil acidentes por grupo de dez mil trabalhadores nos Estados

---

<sup>7</sup> “Marcas ligadas ao esporte movimentam US\$ 700 bi por ano, diz especialista”, disponível em <noticias.bol.uol.com.br>, acesso em 03/01/2017.

<sup>8</sup> Informações sobre as doenças e acidentes mais comuns nos jogadores de futebol profissional no sítio da Federação Internacional de Jogadores de Futebol Profissional – FIFPro, disponível em <www.fifpro.org>, acesso em 03/01/2017.

<sup>9</sup> De acordo com Windholz, o Workplace Health and Safety Regulators (WHS) australiano não costuma investigar os acidentes graves no desporto profissional no país - Eric Windholz, "Professional sport, work health and safety law and reluctant regulators", disponível em <epublications.bond.edu.au>, acesso em 03/01/2017.

<sup>10</sup> Estatísticas sobre acidentes de trabalho em Portugal, disponível em <www.act.gov.pt>, acesso em 03/01/2017.

Unidos da América<sup>11</sup>. De acordo com o Institut de Veille Sanitaire – InVS – apenas de janeiro ao final de setembro de 2016, foram contabilizados na França cerca de 744.000 acidentes no desporto em geral<sup>12</sup>. Tais dados demonstram a pertinência da temática da segurança no trabalho dos desportistas profissionais, notadamente se muitos dos danos à sua saúde seriam apenas consequência inarredável da atividade desportiva ou, por outro lado, estariam relacionados com certo descaso da situação pelo Estado.

Não há dúvidas de que o desporto profissional é uma atividade de risco, o que, inclusive, é reconhecido pelo direito português<sup>13</sup>. Contudo, como esse risco situa-se no desporto profissional? Caberia ao Estado o papel de analisá-los? A autonomia das entidades desportivas seria absoluta nessa matéria? Como se relacionam o risco, a agressividade e a violência no desporto? A “monetização” da segurança no trabalho no desporto profissional, o que se percebe quando a legislação quase que exclusivamente se limita a estabelecer a obrigatoriedade de um seguro contra acidentes para os desportistas federados<sup>14</sup>, seria o instrumento que basta? No caso do futebol, deixar-se exclusivamente com a International Football Association Board - IFAB<sup>15</sup> - o cuidado com a segurança no trabalho dos jogadores profissionais seria consentâneo com o moderno papel dos estados de protetores dos direitos fundamentais? Como respeitar a liberdade e a autonomia dos indivíduos disporem da própria vida e, ao mesmo tempo, respeitar a integridade corporal e a dignidade humana, fundamentada no senso de justiça da sociedade atual<sup>16</sup>? Como o internacionalismo das fontes normativas do desporto, especialmente de suas regras técnicas, funciona como obstáculo a eventual ação dos Estados na proteção da segurança no trabalho dos desportistas profissionais? O que tem sido feito pelos Estados e pela sociedade organizada para tentar

---

<sup>11</sup> Bureau of Labour Statistics - [Consult. 31 jan. 2017], disponível em <<https://www.bls.gov/iif/>>.

<sup>12</sup> THÉLOT, Bertrand *et al.* - Épidémiologie des accidents traumatiques en pratique sportive en France. Numéro thématique. Activité physique ou sportive : des bénéfices pour la santé à tout âge. Bulletin Épidémiologique Hebdomadaire N° 30-31. 2015), pp. 580/589.

<sup>13</sup> O artigo 42 da Lei nº 5/2007 – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – torna obrigatório um seguro para os desportistas federados “em razão dos particulares riscos a que estão sujeitos”.

<sup>14</sup> CARDOSO, Maria Manuela de Melo, Acidentes de Trabalho. Em O desporto que os tribunais praticam. Coimbra : Coimbra Editora, 2014, p. 377.

<sup>15</sup> Maiores informações sobre o IFAB em <<http://www.fifa.com/about-fifa/ifab/>>, acesso em 03/01/2017.

<sup>16</sup> NOVAIS, Jorge Reis - A Dignidade da Pessoa Humana. Coimbra, Almedina, 2016, pp. 14/24.

proteger a segurança no trabalho desses profissionais? Seria possível estabelecer critérios para a intervenção estatal levando-se em conta o grau de autonomia do desportista em determinado desporto? Caso se conclua que deva haver maior intervenção, qual a melhor forma de se fazer isso? Quais seriam os melhores instrumentos? Esses são, em síntese, os problemas que serão discutidos daqui para a frente.

## **1.2 – Delimitação do objeto de estudo**

A presente investigação teve como escopo principal o quadro normativo português relacionado ao desporto. Procurou-se dar especial atenção às disposições constitucionais relacionadas ao desporto e à segurança no trabalho e, topicamente, as dirigidas à saúde, à autonomia e às liberdades individuais e coletivas.

Analizou-se a jurisprudência portuguesa e brasileira, os atos constitutivos e as normas de organização e de natureza técnica das entidades desportivas internacionais, além de estudos técnicos sobre os riscos e os danos à saúde relacionados ao desporto profissional, especialmente o acordo firmado na justiça americana no final de 2015, que restringe o uso da cabeça no futebol infantil dos Estados Unidos.

Na sociologia do desporto buscou-se o papel do risco no desporto profissional no contexto da sociedade atual.

As normas espanholas para proteção à saúde dos desportistas profissionais, especificamente a Lei nº 10/1990, de 15 de outubro, a Lei nº 19/2007, de 11 de julho, contra a violência, o racismo, a xenofobia e a intolerância no desporto, e a Lei Orgânica nº 3/2013, de 20 de junho, de proteção à saúde do desportista e luta contra a dopagem na atividade desportiva, também foram consideradas em razão do ineditismo na tentativa estatal de interferir nas regras técnicas do desporto em prol da segurança no trabalho.

Por fim, registre-se que *não* fazem parte do objeto de estudo as implicações penais decorrentes dos riscos e lesões que ocorrem no desporto profissional.

## Capítulo II

### A segurança no trabalho no desporto profissional

#### 2.1 – Desporto e sociedade

O planeamento contínuo e inderrogável e a tentativa de alcançar a previsibilidade são marcas da sociedade contemporânea e instrumentos da sua eficiência económica. Por seu lado, o desporto, que tem na imprevisibilidade um dos seus maiores encantos, desenvolve-se num espaço de liberdade que desafia planeamentos, por melhor e mais intensos que sejam, afinal, *nunca se sabe como o adversário irá jogar*.

Assim, o desporto parece funcionar como *válvula de escape* para o *homo economicus*. Cria, de certa forma, uma espécie de “contra sociedade”, um verdadeiro “protesto” contra o excesso de civilização que enreda o animal humano, como bem aponta SCHILD<sup>17</sup>:

“... no seio de uma sociedade pesadamente prosaica e fria, o desporto constitui um discurso a favor do não planeado, da surpresa, da negação e do simbólico ...”.

De acordo com LUHMAN’N, para cumprir essa funcionalidade, o desporto, paradoxalmente, constitui-se em *um fim em si mesmo*. Não pode ser tratado como simples função pública. Se precisa e conta com o apoio estatal, ao mesmo tempo, necessita de certo afastamento, certa autonomia, sob pena de perder sua mágica, seu encanto, passar a constituir-se apenas em mais uma função burocrática, perder sua autonomia de sentido<sup>18</sup>.

Amparando-se em símbolos, ritos, dramatização e catarse, o desporto, de certa forma, traz o humano de volta a elementos da sua origem selvagem e tribal. Pode-se observar essa aproximação, por exemplo, pelas formas como gols, cestas

---

<sup>17</sup> Cit. por ANDRADE - Consentimento ..., p. 316/317.

<sup>18</sup> Idem, pp. 316/317.



e pontos são comemorados: caretas, risos largos, socos no ar, saltos mortais. Cânticos entoados como mantras. Águias em voo circulam sobre o campo de jogo e a torcida delira<sup>19</sup>. Como não perceber nisso projeções arquetípicas comuns às sociedades arcaicas? Nas palavras de SCHILD, “podemos caracterizar o desporto como um mito ou um ritual mítico: face ao frio prosaísmo programado do quotidiano de trabalho e à arrogância elitista da área cultural da *arte de qualidade*, o desporto ganha aquela feliz e excitante clareza que constitui, em geral, um privilégio dos ingênuos e das crianças”<sup>20</sup>.

Assim, não parece estranho que TH. VEBLEN chegue a comparar o desporto com uma “forma atávica de roubo”<sup>21</sup>, o que imediatamente lembra a quem joga ou assiste uma competição o prazer provocado ao “roubar a bola” do adversário<sup>22</sup>. O desporto permitiria “...ritualizar e reviver à luz do dia a intimidade, a emotividade, a expressividade do contacto corporal, dimensões que o processo civilizacional foi acantonando na invisibilidade da privacidade. E que hoje não têm espaço nos foros da sociedade actual, que sacrifica até à apoteose à assepsia e neutralidade da mera racionalidade funcionalista”<sup>23</sup>.

O jogo é o núcleo do desporto. O que nele permanece se o despirmos das suas roupas institucionais. Huizinga define o jogo como <sup>24</sup>

“... uma acção, executada “como se” e sentida como situada fora da vida corrente, mas que, apesar de tudo, pode absorver por completo o jogador, sem que haja nela nenhum interesse material nem se obtenha daí proveito algum, que se executa dentro de um determinado tempo e de um determinado espaço, que se desenrola numa ordem submetida a regras e que dá origem a associações que tendem a rodear-se de mistério ou a disfarçar-se para se destacarem do mundo habitual ...”.

---

<sup>19</sup> Ritual que sempre antecede aos jogos do Esporte Clube Benfica no Estádio da Luz. Uma águia, mascote da equipe, voa em círculos no céu do Estádio e acaba por pousar no braço do treinador no meio do campo de jogo.

<sup>20</sup> cit. por ANDRADE - Consentimento ..., p. 317.

<sup>21</sup> Idem, p. 475.

<sup>22</sup> Como desportista e torcedor deleitam-se nesse instante!

<sup>23</sup> Ibidem, pp. 468 e ss.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 470

A primeira característica essencial ao jogo é a liberdade na decisão dele participar. Jogar não pode ser imposto. A segunda é que uma vez tendo se decidido jogar é necessário obedecer às regras. A regra é parte integrante do desporto, participa da sua essência, só ela permite a medição de forças<sup>25</sup>. O jogador que trapaceia não “está a negar o círculo mágico espaço-temporal do jogo, está apenas a desrespeitar as regras e por isso continua a jogar”<sup>26</sup>. Por último, tem-se o carácter territorial e temporal limitado. As regras valem apenas enquanto se está jogando. A partir do momento em que se entra no jogo <sup>27</sup>

“... as regras às quais estamos sujeitos criam, relativamente à realidade, uma ficção que nesse espaço e tempo se substitui ao real. É esta capacidade de metamorfosear a realidade em jogo e o jogo em realidade que constitui o sentido do jogo ...”.

O que parece encantar e mesmo exercer uma função profilática para a sociedade moderna é justamente esse alheamento provocado pelo desporto, especialmente o profissional. Por alguns momentos, recolhem-se os papéis habituais. Não se é jurista, médico, encanador, presidente da república. Por alguns momentos se é, apenas, torcedor. Liberta-se de fardas, togas, aventais, fatos. Passa-se a vestir, ao menos na mente, o uniforme comum do clube do coração. Ganhando ou perdendo, quando se sai do estádio, se muda de canal ao final da partida ou se desliga a televisão, voltando-se à realidade habitual da vida, parece que se atravessa um portal. Como magistralmente observa Nolasco<sup>28</sup>:

“É este alhear ou alienar espontâneo de sentido relativamente ao mundo concreto, e a recuperação desse mesmo sentido, num outro mundo de ficção, que torna o jogo algo de fascinante. Não tendo outro sentido que não seja ele mesmo, as leis confusas da vida ordinária são substituídas, num espaço e tempo definidos, por regras precisas, imperiosas e absolutas que, presidindo

---

<sup>25</sup> AMADO, João Leal - Vinculação versus Liberdade. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, pp. 19/20.

<sup>26</sup> NOLASCO - O Carácter Pluralista ... p. 150.

<sup>27</sup> Idem, p. 150.

<sup>28</sup> Ibidem, pp. 150/151.

ao correcto desenvolvimento da partida, não têm outra razão para existir que não seja a do próprio jogo”.

## 2.2 - O risco no desporto profissional

Parece evidente que pela sua sintonia com elementos primitivos da humanidade, o desporto profissional não seria compatível com uma completa assepsia, uma completa ausência de riscos e mesmo de certa dose de violência. O corpo humano é o seu principal instrumento, e a agressividade, a vontade de ganhar e a busca pelo prazer da vitória são os motores que fazem esse corpo dar o seu melhor, tentar superar limites, alcançar o antes inimaginável.

Carrascosa identifica que as próprias condições ambientais em que o desporto se desenvolve tornam o risco inexorável. A altura, a velocidade, a possibilidade de contato físico “actúan también como factores objetivos de un riesgo genérico que será mayor en los deportes de combate basados en el sometimiento y control físico del adversário”<sup>29</sup>. O autor chama esses riscos de *violência endógena do desporto* que, no entanto, seria contida e modulada pelas chamadas *regras do jogo*, a cargo das entidades desportivas. O jurista espanhol não identifica um papel para o Estado nesse particular<sup>30</sup>.

A agressividade não pode ser completamente sublimada no desporto profissional. Tem razão PILZ quando diz que

“... pelo menos no desporto de alta competição (...) parece subsistir uma relação muito íntima entre a agressão e o desporto ... o desporto parece constituir hoje um dos raros domínios em que a força e a agressão encontram uma expressão socialmente admissível ...”.

Resumidamente, e ao contrário do que sucede no sistema social, que comete ao Estado o monopólio do uso legítimo da força, no desporto a violência

---

<sup>29</sup> CARRASCOSA - El derecho ... p. 116.

<sup>30</sup> Idem, p. 116.

goza do “estatuto duma certa normalidade”<sup>31</sup>. Corbacho observa que o desporto aparece no processo civilizacional como o substituto das guerras: “muchas disciplinas deportivas pueden ser caracterizadas, utilizando la expresión de “minitización de la guerra” ... por el uso de estrategias, tácticas y, en ocasiones, violencia”<sup>32</sup>.

Contudo, a forte relação entre desporto, agressividade e, de certa forma, a própria violência, fez surgir uma “cultura de risco” para a atividade. Eric Windholz observa que os legisladores, doutrinadores e juízes modificam a aplicação dos princípios legais tradicionais e aceitam os riscos à segurança no trabalho e os consequentes danos à saúde como algo inerente ao desporto profissional, o que não ocorreria em outros setores económicos tão ou mais perigosos<sup>33</sup>. Não se considera, por exemplo, que os trabalhadores das usinas nucleares ou os que laboram intervindo diretamente nas redes elétricas, assumiram um risco agravado de acidentes e que, assim, prescindiriam da ação do Estado para a sua segurança no trabalho ou que não teriam direito a indenizações significativas quando sofrem acidentes graves. Isso é justamente o que ocorre no desporto profissional.

Windholz aponta que os tribunais costumam atribuir aos próprios desportistas profissionais a conta pela maioria dos riscos das atividades desportivas como parte do “trade-off” para a preservação das características essenciais do desporto<sup>34</sup>. Isso não é consentâneo com o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho que alcança, sem exceções, todos os ramos da atividade económica dos setores privado ou cooperativo e social, inclusive, e por que não, o desporto profissional. Exclusões de abrangência somente ocorrem quando determinado regime especial assim dispuser expressamente<sup>35</sup>, o que não é o caso da lei de bases do desporto nacional.

---

<sup>31</sup> Cit. por ANDRADE – Consentimento ... p. 317.

<sup>32</sup> CORBACHO, José Manuel Ríos - Violencia, deporte y Derecho penal. Madrid: Reus, 2014, p. 31.

<sup>33</sup> WINDHOLZ, Eric - Professional sport, work health and safety law and reluctant regulators. SPORTS LAW EJOURNAL. 2015, pp. 6 e 7.

<sup>34</sup> Idem, p. 8.

Uma louvável exceção encontra-se no julgado no Processo nº 383/04.3TTGMR.L1-4. O juiz entendeu caracterizar-se como acidente de trabalho a morte de um jogador durante uma partida por problema cardíaco, cit. por CARDOSO - Acidentes de Trabalho..., p. 388.

<sup>35</sup> Lei nº 102/2009, de 10 de setembro, que trata do Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, disponível em <http://www.pgdlisboa.pt>.

No atual estágio do desenvolvimento civilizacional, apesar de todas as funções que o desporto desempenha para a sociedade, como um espaço de liberdade em uma sociedade excessivamente regulada e planificada, nos estados democráticos de direito não se admitem violências irrestritas e gratuitas, irracionais, sem finalidade e sentido razoáveis. Mesmo que paradoxal, a violência deve ser “civilizada” para que possa ser exercitada licitamente em uma sociedade constituída com base na dignidade humana, de acordo com o que isso significa em cada época<sup>36</sup>. Esse verdadeiro padrão ético normalmente é alcançado com a formulação de “regras escritas com previsão de sanções e autoridades para fazer cumprir tais regras”<sup>37</sup> nos casos de abuso.

O processo civilizacional deve implicar em uma redução sistemática da violência desportiva para patamares estritamente necessários para o desenvolvimento do desporto sem perder de vista os limites impostos pelo respeito à dignidade humana. Nessa quadra da história não se imaginaria possível, por exemplo, o retorno da luta entre gladiadores até a morte<sup>38</sup>.

Apesar disso, dentro de certos parâmetros, a violência deve ser tolerada e é mesmo identificada com veemência competitiva<sup>39</sup>, especialmente nas modalidades que implicam em contato físico<sup>40</sup>. Certo grau de risco e de violência fazem parte da natureza do desporto, especialmente o profissional. A segurança plena o inviabilizaria, já que nele são testados os limites do corpo e da mente. A eliminação total de riscos retiraria do desporto essa função de um dos últimos redutos de uma liberdade quase absoluta em um mundo talvez civilizado demais para esse homem que passou a viver em cidades apenas nos últimos dez por cento de seu tempo no planeta.

---

<sup>36</sup> NOVAIS - A Dignidade ..., p. 14/26.

<sup>37</sup> CORBACHO - Violencia, deporte ..., p. 23.

<sup>38</sup> Ver item 3.3.

<sup>39</sup> Idem, pp. 23/24.

<sup>40</sup> Corbacho entende que a sociedade moderna constituiu três firmes racionalizações culturais para defender a agressão verbal e física: o culto ao macho, a glorificação da competitividade e o princípio diferenciador dos outros, pretextos que, por sua vez, terão uma marcada influência nos valores próprios de nossa época. p. 33.

## **2.3 – Acidentes e doenças no desporto profissional**

O número de desportistas federados em Portugal ultrapassa a 550.000<sup>41</sup>. No futebol são mais de 168.000<sup>42</sup>. Mantida a proporção de profissionais entre os federados havida em 1997,<sup>43</sup> tem-se no futebol português mais de 5.000 desportistas profissionais. Ao contrário de Cristiano Ronaldo, cujos rendimentos mensais rondam os € 6.500.000<sup>44</sup>, o salário mínimo do jogador profissional de futebol em Portugal é de 1.455 euros por mês na primeira liga, 848,75 euros na segunda liga, 727,50 na segunda divisão e apenas 606, 25 euros na terceira divisão<sup>45</sup>. Em 2009, o salário médio mensal dos jogadores da primeira liga, excluindo as equipas do Benfica, Sporting e Porto, os chamados “três grandes”, era de cerca de 6.500 euros<sup>46</sup>. Portanto, quanto ao aspecto salarial, não se trata de uma categoria de trabalhadores privilegiados. Para assim concluir basta verificar que o ganho médio mensal do servidor público português no primeiro trimestre de 2016 esteve estimado em 1.623,4 euros<sup>47</sup>.

Em que pese essa realidade salarial, ao contrário do que ocorre em relação a maioria das profissões, são raras as publicações, estudos ou estatísticas sobre a morbilidade, acidentes e doenças no desporto profissional<sup>48</sup>. As entidades públicas afetas à saúde no desporto parecem exclusivamente focadas no controle e combate a dopagem, como é o caso do Instituto Português do Desporto e Juventude – IDPJ.

Apesar da carência de dados, tem-se que na França ocorrem entre 600 a 1200 mortes súbitas no desporto em geral a cada ano<sup>49</sup>. Tragédias e escândalos relacionados a ausência de condições adequadas de segurança no trabalho para os desportistas profissionais repetem-se por todo o mundo. No seu artigo

---

<sup>41</sup> PORDATA, disponível em <<http://www.pordata.pt>>, acesso em 04/01/2017.

<sup>42</sup> FPF, disponível em <<http://org.fpf.pt>>, acesso em 31/01/2017.

<sup>43</sup> Aproximadamente 3% dos federados do futebol eram profissionais naquele ano, disponível em <<http://www.alea.pt>>, acesso em 31/07/2017.

<sup>44</sup> Salário de Jogadores de Futebol ..., [Consult. 4 jan. 2017]. Disponível em <<http://meusalario.pt>>.

<sup>45</sup> “Ligas nacionais têm novos salários mínimos: saiba quais são” - [Consult. 4 jan. 2017]. Disponível em <<http://www.maisfutebol.iol.pt>>.

<sup>46</sup> “Salários médios na Liga: 6.500 sem os três “grandes””, [Consult. 4 jan. 2017]. Disponível em <http://www.dn.pt>.

<sup>47</sup> Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP) – 1.º Trimestre de 2016 - [Consult. 4 jan. 2017]. Disponível em <<http://www.aenfermagemasleis.pt>>.

<sup>48</sup> Não foram identificadas publicações a esse respeito em Portugal.

<sup>49</sup> THÉLOT et al. - Épidémiologie des accidents ...

"Professional sport, work health and safety law and reluctant regulators" Windholz lembra algumas ocorrências na Austrália entre 2013 e 2014, como lesão espinhal em jogadores de rugby, mortes de jockeys e jogadores de críquet, casos de bullying na natação<sup>50</sup> e alucinações causadas pelo calor no Australian Tennis Open<sup>51</sup>.

No Brasil, jogos de futebol marcados para horários em que a temperatura média ronda os 39°C provocam desidratação nos desportistas que precisam ser socorridos nas urgências hospitalares<sup>52</sup>.

Na Inglaterra, estudos médicos apontam para o elevado número de lesões provocados pelas “placagens” no rugby, com efeitos mais graves para os jovens desportistas ainda com o corpo em formação. De acordo com as pesquisas médicas, estas lesões, que incluem fraturas, lesões ligamentares, deslocamento do ombro “(...) podem ter consequências a curto prazo para as crianças, ou mesmo durante toda a sua vida”. Haveria perigos de concussão cerebral e até mesmo uma “(...) eventual ligação entre as comoções cerebrais recorrentes e problemas cognitivos associados à depressão, perda de memória e uma diminuição das capacidades de expressão (...)”<sup>53</sup>.

Nos EUA, os desportistas profissionais estavam entre as cinco ocupações que tiveram mais de 1.000 acidentes por 10.000 trabalhadores. Atletas e competidores desportivos sofrem mais de 2.000 acidentes por cada 10.000 trabalhadores, de acordo com o Bureau of Labor Statistics<sup>54</sup>. Um estudo de 2013, dirigido por Vicent Gouttebarger, médico chefe da Federação Internacional de Jogadores Profissionais – FIFPRO – a partir de dados coletados com jogadores profissionais de futebol de 11 países em 3 continentes, indicou que um terço dos jogadores e ex-jogadores de futebol sofrem de depressão e ansiedade, incidência que seria muito superior à observada em outras profissões<sup>55</sup>.

Pesquisadores da Universidade de Michigan publicaram em 2009 estudo demonstrando os efeitos a longo prazo de repetidos golpes na cabeça no futebol

---

<sup>50</sup> A segurança no trabalho também envolve a busca por condições saudáveis e dignas no relacionamento humano.

<sup>51</sup> WINDHOLZ, Professional sport ..., p. 1.

<sup>52</sup> “Jogo sob calor de 39 ° C no Piauí pode render uma multa de R \$ 1 milhão à CBF” - ESTADÃO. 2015, pp. 2–3.

<sup>53</sup> “Médicos britânicos querem acabar com as placagens” - PÚBLICO. 2016.

<sup>54</sup> Bureau of Labour Statistics - [Consult. 31 jan. 2017]. Disponível em <<https://www.bls.gov/iif/>>.

<sup>55</sup> Study: Mental Illness In Professional Football - FIFPro World Players' Union - [Consult. 4 jan. 2017]. Disponível em <<https://www.fifpro.org>>.

americano, revelando que mais de 50 ex-jogadores da National Football League - NFL - foram diagnosticados com demência, *taxa cinco vezes superior à média nacional*<sup>56</sup>. Outros estudos apontaram sintomas de lesões cerebrais (como desenvolvimento de doenças neurológicas; esquecimentos; dificuldades de aprendizagem) resultantes das constantes pancadas na cabeça<sup>57</sup>, levando diversos ex-jogadores a ingressarem com ações judiciais com vista a concessão de pensões para custear seus tratamentos médicos. De acordo com Alessandra Pearce de Carvalho Monteiro, no seu brilhante artigo “Desporto e Integridade Física”<sup>58</sup>, as reclamações judiciais foram tantas que os especialistas americanos chegaram a especular que os desembolsos financeiros decorrentes de eventuais indenizações “could literally end the game”<sup>59</sup>.

Há que se ressaltar, entretanto, a existência de forte reação entre alguns desportistas, especialmente os já retirados dos campos e que não apresentam sequelas, a qualquer proposta de alteração nas regras do desporto para proteger a saúde na profissão, como se observou por ocasião do manifesto de médicos ingleses para se proibirem as placagens no rugby para menores de 18 anos em virtude dos resultados dos estudos que concluíram pelos riscos de prejuízos ao desenvolvimento cerebral<sup>60</sup>.

Apesar de relutar a aceitar as conclusões dos estudos médicos sobre os efeitos das concussões cerebrais, presumidamente para não ser condenada nos referidos processos judiciais, a NFL alterou em 2009 uma regra do jogo para diminuir os riscos de lesões. Anteriormente, apenas os atletas que ficassem inconscientes após uma pancada na cabeça deveriam deixar a partida. Após a alteração, o desportista que apresentasse sintomas como perda de memória, enjoo e forte dor de cabeça passou a não poder mais retornar ao jogo<sup>61</sup>.

---

<sup>56</sup> WEIR, David R.; JACKSON, James S.; SONNEGA, Amanda - National Football League Player Care Foundation Study of Retired NFL Players. [S.l.] : University of Michigan - Institute For Social Research, 2009.

<sup>57</sup> Vídeo apresentando os exames realizados e suas conclusões. Disponível em [www.youtube.com/watch?v=UKIYAtnLLOA](http://www.youtube.com/watch?v=UKIYAtnLLOA), acesso em 06/12/16.

<sup>58</sup> MONTEIRO, Alessandra Pearce De Carvalho - Desporto e Integridade Física. Em Direitos Humanos e Ética no Desporto. Coimbra : Coimbra Editora, 2015.

<sup>59</sup> VIDEO. HBO Real Sports 2007 SLI Concussions Part 2 of 2, referido por MONTEIRO - Desporto e ..., acesso em 06/12/16.

<sup>60</sup> Idem a nota nº 52.

<sup>61</sup> MONTEIRO - Desporto e ..., pp. 148/150.



As pesquisas médicas também levaram as autoridades desportivas a alterarem as regras, proibindo o contato capacete-capacete e o golpe do adversário acima dos ombros, além de sanções mais duras, multas e suspensões para punir violações dessas novas regras. Ainda assim, os choques de cabeça continuam a ser um problema, possivelmente porque os atletas de hoje são maiores, mais rápidos e mais fortes do que os dos anos anteriores<sup>62</sup>.

A literatura médica desportiva aponta diversos riscos à saúde relacionados ao desporto profissional como, por exemplo, a síndrome de treinamento excessivo, que leva a alterações no metabolismo, resultando em baixa no sistema imunológico dos desportistas. Essa condição afeta metade dos jogadores de futebol americanos a cada temporada de cinco meses e pelo menos 60% dos corredores ao longo de suas carreiras. Também são comuns os estiramentos, câimbras musculares, tonturas e incontinência urinária.

O descontrole da violência endógena e a grande ocorrência de lesões nos esportes coletivos (tais como futebol, futebol americano, hockey e rugby) permite concluir que o desporto profissional traz mais danos à integridade física dos trabalhadores que atividades tipicamente perigosas, como a mineração ou a construção civil<sup>63</sup>. Como observa Alessandra Pearce,

“... é no mínimo intrigante (...) que o desporto de alto rendimento pode trazer mais malefícios do que benefícios à saúde dos atletas. Se o exercício físico é a idealização da boa saúde, como é possível que o desporto profissional seja uma indústria de mazelas? A resposta é simples. Porque o desporto está imerso em uma cultura de extrema competitividade que veio se formando há mais de dois séculos, mas que se tornou extremamente forte a partir do fim da Segunda Guerra Mundial ...”<sup>64</sup>.

De acordo com a World Players' Union (FIFPro), as investigações conduzidas pelo F-MARC (Centro de Avaliação e Investigação Médica da FIFA), referentes à saúde dos jogadores de futebol, são quase exclusivamente

---

<sup>62</sup> NSCA, 2012, prefácio, cit. MONTEIRO - Desporto e ....

<sup>63</sup> Idem, p. 141.

<sup>64</sup> Idem.

direcionadas à epidemiologia de lesões músculoesqueléticas, cuja repercussão se dá por curtos períodos de tempo. Pesquisas relacionadas a danos que normalmente aparecem a longo prazo ou mesmo depois de encerrada a carreira seriam escassas ou inexistentes, como a osteoartrite, os choques de cabeça e as doenças mentais. Esse direcionamento das pesquisas médicas pela FIFA aponta que a entidade máxima do futebol mundial parece ter os jogadores como instrumentos do desporto e não como pessoas com um sentido em si mesmas.

Os estudos apoiados pela FIFPro também concluem que há negligência e insuficiência nas informações prestadas aos jogadores de futebol profissional sobre os riscos à sua saúde quando estes não se referem a lesões músculoesqueléticas<sup>65</sup>. Os traumas na cabeça e na face, apesar de serem significativamente pouco comuns no futebol, constituem-se entre os maiores riscos potenciais à segurança e à saúde dos desportistas profissionais<sup>66</sup>.

Nesse ponto, paradigmático o acordo no final de 2015 no caso “Mehr et al v. Federation International de Football Association et al - Corte Federal Distrital do Norte da Califórnia dos Estados Unidos da América”, que resultou na alteração das “leis do jogo” no âmbito americano pela Federação Americana de Futebol para coibir o uso da cabeça por crianças e adolescentes. Estabeleceu-se que crianças com menos de 10 anos não poderão cabecear a bola nos jogos e nos treinos. Menores, entre 11 e 13 anos, poderão fazê-lo apenas nos jogos. Os autores da ação demonstraram o grande número de concussões graves nos desportistas juvenis ao tentarem alcançar a bola com a cabeça, principalmente através de choques com as cabeças dos adversários que também tentavam fazê-lo. A FIFA foi acusada de ser negligente com essa questão.

De acordo com o jornal EXPRESSO, “nos últimos anos tem havido situações bastante faladas de jogadores profissionais que sofreram traumas sérios durante jogos de futebol. Mesmo quando perdem a consciência, não é raro que logo a seguir continuem a jogar, seja por insistência própria ou por determinação do treinador.

---

<sup>65</sup> GOUTTEBARGE, Vincent; AOKI, Haruhito - Lifespan Perspective of Professional Footballers' Health. Asian J Sports Med. 5:4 (2014).

<sup>66</sup> O futebol faz mal para a cabeça? - Época. São Paulo. disponível em <http://revistaepoca.globo.com>, acesso em 31/01/2017.

As regras do futebol não permitem substituições temporárias por motivos desse tipo ou outros ...”<sup>67</sup>.

Na referida ação enfatizou-se que a FIFA tem regras extremamente restritas em relação às substituições dos jogadores, com limites quantitativos fixos, o que leva, muitas vezes, a que jogadores lesionados continuem em campo para não prejudicarem a equipe, apesar do risco de terem suas lesões agravadas. Outro ponto abordado foi a resistência da entidade máxima do futebol mundial a permitir a substituição temporária para avaliações mais atenciosas de jogadores que sofrem fortes choques na cabeça<sup>68</sup>.

O procedimento de retirar do jogo para melhor avaliação o atleta que sofre um forte choque na cabeça *está estabelecido no Protocolo de Viena, documento elaborado por ocasião da Primeira Conferência Internacional sobre Concussão no Desporto, que transcorreu na capital austríaca em 02/11/2002, com a participação da FIFA que, no entanto, recusa-se a incorporar nas regras do futebol as recomendações médicas apontadas no documento*<sup>69</sup>.

Há que se considerar, contudo, como observa Javier Rodríguez Ten, que a eventual interferência estatal para reforçar a proteção dos desportistas, toda vez que essa proteção implicar na restrição de sua autonomia, somente poderia ocorrer caso comprovada “(...) la existencia de una determinada necesidad que le dé cobertura (...)”<sup>70</sup>.

Os alarmantes números e a dimensão dos riscos à saúde provocados pelas lesões e doenças no desporto profissional podem se constituir na cobertura requerida pelo autor para restringir a atual autonomia absoluta das entidades desportivas no estabelecimento das “leis do jogo”.

---

<sup>67</sup> “Crianças a cabecear a bola no futebol? Nos EUA passa a ser proibido” – EXPRESSO, 2015, Disponível em <<http://expresso.sapo.pt/desporto/2015-11-12-Criancas-a-cabecear-a-bola-no-futebol--Nos-EUA-passa-a-ser-proibido>>.

<sup>68</sup> U.S. DISTRICT COURT NORTHERN DISTRICT OF CALIFORNIA, Class Action Complaint, Case nº 14-cv-3879 2015, disponível em <<http://www.cand.uscourts.gov>>, p. 10.

<sup>69</sup> Idem, p. 74.

<sup>70</sup> TEN, Javier Rodríguez - La protección del menor en el fútbol: de dónde venimos y hacia dónde vamos. Fair Play. Revista de Filosofía, Ética y Derecho del Deporte. [Em linha] 8:2016) 31–45. Disponível em <[www.upf.edu/revistafairplay](http://www.upf.edu/revistafairplay)>, p. 33.

## **2.4 - Normas públicas relacionadas à segurança no trabalho do desportista profissional**

A Constituição da República Portuguesa inclui o desporto entre os direitos culturais e sociais dispondo que “todos têm direito a cultura física e ao desporto (e que) incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as coletividades desportivas promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto” (artigo 79, nº 1 e nº 2). Os artigos 64, nº 2, alínea “b” e 70, nº 1, alínea “d”, preveem que a promoção da cultura física e desportiva estão entre os meios de proteção dos jovens e do direito à saúde. A concretização dessas disposições no plano normativo geral tem como principal veículo e arcabouço a Lei de Bases da Atividade Desportiva e do Desporto – LDB – que enuncia uma série de princípios como a universalidade e a igualdade (art. 2º), da ética desportiva (art. 3º) e políticas públicas como a promoção da atividade física e do desporto (art. 6º e 7º), da proteção dos agentes desportivos através dos cuidados da medicina desportiva (art. 40), da segurança social (art. 41) e do seguro social desportivo obrigatório (art. 42 e 43, alínea “c”) <sup>71</sup>.

O Estado, inclusive, apesar de sua reconhecida dificuldade em entrar em campo quando se trata de normatividade desportiva<sup>72</sup>, certamente motivado pela crescente importância do desporto na vida social contemporânea, já vem legislando, ainda que timidamente, sobre a segurança no trabalho dos desportistas profissionais. Não poderia ser diferente, pois a Constituição atribui a todos os trabalhadores, sem discriminações, o direito a prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde (artigo 59, “c”, CRP).

A Lei de Bases do Desporto dedica dois artigos às questões relacionadas à segurança no trabalho dos desportistas profissionais<sup>73</sup>:

---

<sup>71</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de - Os sistemas normativos do desporto. Em Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles - Volume I. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 290.

<sup>72</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital - Constituição da República Portuguesa Anotada. 4ª edição ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 935.

<sup>73</sup> Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro.

## Artigo 40º

### Medicina desportiva

1 — O acesso à prática desportiva, no âmbito das federações desportivas, depende de prova bastante da aptidão física do praticante, a certificar através de exame médico que declare a inexistência de quaisquer contra-indicações, a regulamentar em legislação complementar.

2 — No âmbito das actividades físicas e desportivas não incluídas no número anterior, constitui especial obrigação do praticante assegurar-se, previamente, de que não tem quaisquer contra-indicações para a sua prática.

3 — Incumbe aos serviços de medicina desportiva da administração central do Estado a investigação e a participação em acções de formação, bem como a prestação de assistência médica especializada ao praticante desportivo, designadamente no quadro do regime do alto rendimento, no apoio às selecções nacionais e, quando solicitado, para tratamento de lesões.

4 — O disposto no nº 1, com as devidas adaptações, aplica-se aos árbitros.

## Artigo 42º

### Seguros

1 — É garantida a institucionalização de um sistema de seguro obrigatório dos agentes desportivos inscritos nas federações desportivas, o qual, com o objectivo de cobrir os particulares riscos a que estão sujeitos, protege em termos especiais o praticante desportivo de alto rendimento.

2 — Tendo em vista garantir a protecção dos praticantes não compreendidos no número anterior, é assegurada a institucionalização de um sistema de seguro obrigatório para:

- a) Infra-estruturas desportivas abertas ao público;
- b) Provas ou manifestações desportivas.

3 — A lei define as modalidades e os riscos cobertos pelos seguros obrigatórios referidos nos números anteriores.

A obrigatoriedade de realizar prévio exame médico para se “federar” prevista no artigo 40º, apesar do título de “medicina desportiva”, tem relação direta com a segurança no trabalho dos desportistas profissionais. A atribuição é conferida ao próprio atleta e tem por objetivo avaliar eventuais contra-indicações entre a sua condição física e a modalidade na qual pretende se “institucionalizar”. A responsabilidade inicial nessa matéria, como parece natural, é do próprio desportista. Cabe a respectiva federação, por sua vez, exigir como condição para inscrição, a apresentação do referido exame médico.

A seguir, a atribuição é dirigida ao Estado que deve, através dos seus serviços de medicina desportiva, proceder ações de investigação (art. 40, 3), participar em ações de formação e, quando solicitado, prestar assistência médica especializada ao praticante desportivo, especialmente os enquadrados no regime do alto rendimento.

Às entidades desportivas, quanto à segurança no trabalho dos desportistas profissionais, cabe, unicamente, instituírem seguros contra acidentes ou doenças decorrentes da prática desportiva<sup>74</sup> que, inclusive, de acordo com o artigo 6º, 4, da Lei nº 28/98, constitui-se em pré-requisito para o registro do contrato de trabalho desportivo<sup>75</sup>. Esse parece ser o ponto central da política pública estatal para a segurança no trabalho do desportista profissional: *a securitização do risco*.

No desporto profissional o Estado, ao contrário de como trata outras atividades empresariais em que impõe limites e condições através de normas técnicas de cumprimento obrigatório para preservar a saúde e a segurança dos trabalhadores<sup>76</sup>, não se envolve com os riscos no trabalho dos desportistas profissionais, mesmo o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho não excluindo o desporto de sua abrangência<sup>77</sup>. Os patamares de sujeição aos riscos no desporto profissional ficam exclusivamente ao talante das entidades privadas que o organizam e que tem como única obrigação instituir seguros para indenizar eventuais danos que venham a ser sofridos pelos desportistas.

O exame das poucas normas públicas relacionadas à segurança e à saúde dos desportistas<sup>78</sup> revela que o Estado joga pela “lateral” nessa matéria. As questões tratadas como, por exemplo, a segurança das balizas, referem-se a assuntos extracampo<sup>79</sup>. A principal preocupação estatal certamente é o combate a

---

<sup>74</sup> CARDOSO, Maria Manuela de Melo, *Acidentes...*, p. 377.

<sup>75</sup> Lei nº 28/98, de 26 de Junho (Alterada pela Lei nº 114/99, de 3 de Agosto), que estabelece um novo regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva e revoga o Decreto-Lei nº 305/95, de 18 de Novembro, disponível em [www.tribunalarbitraldesporto.pt](http://www.tribunalarbitraldesporto.pt).

<sup>76</sup> Artigo 5º, 3, “b”, da Lei nº 102/2009, de 10 de Setembro.

<sup>77</sup> Artigo 3º, Lei 102/2009 ...

<sup>78</sup> MESTRE, Alexandre Miguel - *O Desporto na Lei - Guia Prático*. Porto : Vida Económica, 2014, pp. 128/129.

<sup>79</sup> As normas públicas portuguesas que guardam alguma relação com a segurança no trabalho do desportista profissional são as seguintes:

- a. Decreto-Lei nº 345/99, de 27 de agosto, que trata do regime jurídico da medicina desportiva;
- b. Despacho nº11318/2009, que determina o regime de validade dos exames médicos-desportivos;

dopagem<sup>80</sup>. À moda de “Pilatos”, no que se refere aos riscos no desporto profissional, o Estado lava as mãos.

Na Espanha, país com tradição mais intervencionista no regramento desportivo, a partir dos anos 90 o Estado passou a buscar proteger mais intensamente a saúde e a segurança no trabalho dos desportistas, adentrando em um campo em que as entidades desportivas se arvoram únicas jogadoras. A Ley 10/1990 foi o primeiro veículo dessa inovação ao fazer referência expressa às regras do jogo e, assim, trazendo-as de algum modo ao campo estatal:

Ley 10/1990, de 15 de octubre, del Deporte.

#### Artículo 73

1. En ámbito de la disciplina deportiva, a los efectos de la presente Ley, y cuando se trate de actividades o competiciones de ámbito estatal y, en su caso, internacional, o afecte a personas que participen en ellas, se extiende a las infracciones de reglas del juego o competición y normas generales deportivas tipificadas en esta Ley, en sus disposiciones de desarrollo y en las estatutarias o reglamentarias de clubes deportivos, Ligas profesionales y Federaciones deportivas españolas.
2. Son infracciones de las reglas del juego o competición las acciones u omisiones que, durante el curso del juego o competición, vulneren, impidan o perturben su normal desarrollo.  
Son infracciones a las normas generales deportivas las demás acciones u omisiones que sean contrarias a lo dispuesto por dichas normas.

Observe-se que se trata, praticamente, apenas a referências às regras do jogo. Condutas e omissões que ocorrem *fora de campo*, mas *durante o jogo*, são consideradas pela lei como infrações às regras do jogo. Assim, não se trata, propriamente, de uma interferência nas regras técnicas do desporto.

- 
- c. Decreto-Lei nº 10/2009, de 12 de janeiro, estabelece o Regime Jurídico do seguro desportivo obrigatório;
  - d. Decreto Regulamentar nº 10/2001 de 7 de Junho, Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios;
  - e. Decreto-Lei nº 100/2003, de 23 de Maio (Alterado pelo Decreto-Lei nº 82/2004, de 14 de Abril) - Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a Observar na Conceção, Instalação e Manutenção das Balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e de Pólo Aquático e dos Equipamentos de Basquetebol Existentes nas Instalações Desportivas de Uso Público.

<sup>80</sup> Lei nº 38/2012, de 28 de agosto, republicada com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 93/2015, de 13 de agosto. Estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto, assegurando a conformidade com a nova versão do Código Mundial Antidopagem.

A Ley 19/2007, de 11 de julho, voltada contra a violência, o racismo, a xenofobia e a intolerância no desporto foi mais além. Atribuiu às próprias entidades desportivas a depuração das regras do jogo para limitar e reduzir, na medida do possível, as disposições que põem em risco a integridade física dos desportistas. Ainda atribuiu a uma comissão estatal velar pelo cumprimento dessas determinações.

#### Artículo 18. Depuración y aplicación de las reglas del juego.

1. Las entidades deportivas a que se refiere el artículo 2, apartado 3, de la presente Ley, en su respectiva esfera de competencia, promoverán la depuración de las reglas del juego y sus criterios de aplicación por los jueces y árbitros deportivos a fin de limitar o reducir en lo posible aquellas determinaciones que puedan poner en riesgo la integridad física de los deportistas o incitar a la violencia, al racismo, a la xenofobia o a la intolerancia de los participantes en la prueba o de los espectadores.
2. La Comisión Estatal Contra la Violencia, el Racismo, la Xenofobia y la Intolerancia en el Deporte y las organizaciones de árbitros y jueces de las federaciones deportivas españolas velarán por el cumplimiento del presente artículo en sus respectivos ámbitos de competencia.

Na sequência, a Ley Orgánica nº 3/2013, de 20 de junho<sup>81</sup>, ainda que mais preocupada com a dopagem, como se vê pelo maior conteúdo legislativo dedicado ao assunto, foi mais específica no propósito de proteger a segurança do desportista. Definiu-se que a proteção à saúde no âmbito desportivo será tratada através de um conjunto de ações que o Poder Público deve exigir e impulsionar, mas também ele próprio executar, visando que a prática desportiva se realize nas melhores condições possíveis para a saúde dos atletas, especialmente os de alta competição (artigo 3º). Determinou-se, ainda, a Agência Espanhola de Proteção à

---

<sup>81</sup> Ley Orgánica 3/2013, de 20 de junio, de protección de la salud del deportista y lucha contra el dopaje en la actividad deportiva, Boletín Oficial Del Estado, Núm. 148, Viernes 21 de junio de 2013 Sec. I., p. 46652.



Saúde no Desporto a elaboração de um “Plan de Apoyo”<sup>82</sup>, contendo os riscos comuns e específicos decorrentes da prática do desporto, tendo em conta as especificidades de mulheres, homens, menores de idade e pessoas com deficiência, com as medidas de prevenção, conservação e recuperação da saúde em função dos riscos que forem detectados (artigo 41).

Destaca-se como maior avanço nesse diploma a determinação de que o plano de apoio a ser desenvolvido deve “proponer criterios y reglas técnicas para que las competiciones y pruebas de modalidades deportivas se configuren de modo que no afecten ni a la salud ni a la integridad de los desportistas” (artigo 43, 1, “a”). Outro ponto importante foi a instituição da necessidade de prévio reconhecimento médico dos riscos à saúde associados ao desporto como condição para a expedição da licença federativa nos desportos que isso se considere necessário, tendo especialmente em conta (artigo 46):

- I. as características da modalidade;
- II. o esforço e as condições físicas que exijam a prática da modalidade desportiva;
- III. as condições ambientais em que o desporto se pratica;
- IV. as necessidades específicas de mulheres, homens e pessoas com deficiência.

Complementando o sistema de proteção, dispõe-se sobre o estabelecimento de um programa específico para a proteção da saúde e recuperação e tratamento dos desportistas que já encerraram sua atividade desportiva e que apresentam sequelas resultantes da prática desportiva (artigo 50). Contudo, apesar do avanço legislativo, segundo a imprensa espanhola, tais medidas ainda não saíram do papel<sup>83</sup>:

---

<sup>82</sup> Planes de apoyo a la salud en el deporte - [Em linha], atual. 2016. [Consult. 15 dez. 2016]. Disponível em <<http://www.mecd.gob.es>>.

<sup>83</sup> GONZÁLEZ, María José López - Los riesgos laborales en el deporte, una asignatura muy pendiente [Em linha], atual. 2016. Disponível em <<http://iusport.com>>.

“... Pues bien, con todo ello, nada de nada, desde 2013 se ha hecho y se ha desarrollado, podríamos decir que es el gran fiasco en el que está inmerso la salud de nuestros deportistas en nuestro país. Se legisló una norma que se predicaba de ella, buena para la salud del deportista, pero lo único que ha interesado es el tema del dopaje, y nada respecto a lo que es importante, que es el bienestar físico y síquico del deportista. A veces cuando una estudia estos temas, no puede por menos que escandalizarse ante la poca sensibilidad y falta de compromiso de este ejecutivo gubernamental por este tema tan esencial para nuestros deportistas ...”.

A não implementação da determinação espanhola para que as regras técnicas desportivas sejam conformadas a imperativos de segurança mínimas para proteger o desportista profissional explica-se por uma dificuldade central de qualquer Estado que venha a tentar implementar ações nesse sentido: *as regras técnicas do desporto profissional, as chamadas “leis do jogo”, são definidas e estão sob o controle de entidades internacionais sediadas fora da jurisdição de cada Estado que pretenda modificá-las.* O problema será abordado no item 3.6.

## Capítulo III

### O Estado e a segurança no trabalho do desportista profissional

#### 3.1 - O dever de proteção aos direitos fundamentais

Uma das questões iniciais deste trabalho seria se caberia ao Estado interferir nas regras desportivas para proteger a segurança no trabalho do desportista profissional. A indagação tem lugar porque os atores do mundo desportivo são essencialmente particulares: entidades desportivas, clubes, empresas, empresários, árbitros, desportistas.... Afinal, por que o Estado deveria se envolver nas relações que essas pessoas estabelecem entre si, em princípio, livremente? Que legitimidade teria para tanto? Em resumo: por que o Estado deveria se preocupar em proteger a segurança e a saúde do desportista profissional?

A premissa básica das relações entre os particulares nas democracias é a liberdade, o livre pacto, o exercício da chamada *autonomia individual*, estuário do *princípio do primado da sociedade em face do Estado*. As relações entre os cidadãos estariam, em regra geral, “livres de intervenções estatais”<sup>84</sup>. E mais: os Estados precisam de legitimação especial para se intrometerem nas relações entre os particulares. Precisam demonstrar que a tutela é imperativa pela “proibição de insuficiência”:

(...) numa ordem jurídica livre (...) a situação jurídica de partida é, antes, a de que o Estado em princípio não regula a relação entre os seus cidadãos através de imposições ou de proibições. Assim, entre eles é permitido aquilo que não for proibido ...”<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> CANARIS, Claus-Wilhelm - Direitos Fundamentais e Direito Privado. Coimbra: Almedina, 2006, p. 70.

<sup>85</sup> Idem, pp. 61/70.

A interferência do Estado nas relações entre particulares nas democracias sempre deve ser residual e apenas se justifica quando estão em jogo direitos fundamentais<sup>86</sup> no que a doutrina denomina *dever de proteção*<sup>87</sup>.

A teoria do “dever de proteção” (Schutzpflicht), construída pelo Tribunal Constitucional Federal Alemão como resultado da consolidação da concepção da dimensão objetiva dos direitos fundamentais<sup>88</sup>, tem como núcleo o dever do Estado proteger os cidadãos contra agressões aos seus bens jurídicos constitucionalmente previstos

“... mesmo que estas decorram das relações geradas entre si. Significa dizer que, ao mesmo tempo em que os direitos fundamentais determinam ao Estado uma conduta negativa (no sentido de não violá-los – abstenção), implicam também um comportamento positivo, obrigando-o a intervir, seja de forma preventiva ou repressiva ...”<sup>89</sup>.

Assim, cabe ao Estado atuar na proteção aos direitos fundamentais como um *imperativo de tutela*, inclusive quando os particulares se vinculam entre si por contratos. A autonomia privada, mesmo reconhecendo-se sua natureza

---

<sup>86</sup> Conforme Celine Rosa Pimpão, a “... A problemática da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre entidades privadas, conhecida como “*drittwirkung der grundrechte*” foi suscitada pela primeira vez na Alemanha, no domínio laboral ... O carácter desigual da relação de trabalho, tanto no momento da celebração, como no da execução do contrato de trabalho, explica que esta questão tenha começado a ser discutida no âmbito laboral ...” - PIMPÃO, Céline Rosa - A tutela do trabalhador em matéria de segurança, (higiene) e saúde no trabalho, Coimbra : Coimbra Editora, 2011, p. 63.

<sup>87</sup> Cf. Lenio Luiz Streck, “... na Alemanha discutiu-se muito tempo – quando em face da dicotomia *Übermassverbot-Untermassverbot* – se haveria um direito subjetivo à observação do dever de proteção ou, em outros termos, se haveria um direito fundamental à proteção, questão que ficou resolvida com a resposta dada pelo Tribunal Constitucional, mormente no caso BverfGE 88, 203, 1993. Doutrina e jurisprudência entendem que o dever de proteção pode ser classificado do seguinte modo:

- a) o *Verbospflicht*, que significa “o dever de se proibir uma determinada conduta”;
- b) o *Sicherheitspflicht*, que significa, em linhas gerais, que o Estado tem o dever de proteger o cidadão contra ataques provenientes de terceiros, sendo que, para isso, tem o dever de tomar as medidas de defesa;
- c) o *Risikopflicht*, pelo qual o Estado, além do dever de proteção, deve atuar com o objetivo de evitar riscos para o indivíduo. <sup>[09]</sup> - STRECK, Lenio Luiz - O dever de proteção do Estado (Schutzpflicht). Revista Jus Navegandi, Disponível em <<https://jus.com.br/artigos>>.

<sup>88</sup> Apresentada no conhecido “caso Lüth”, especialmente nas decisões acerca do aborto.

<sup>89</sup> ALVES, Felipe Dalenogare; GAERTNER, Bruna Tamiris - O Dever de Proteção do Estado na Efetivação dos Direitos Fundamentais Sociais: O Direito à Saúde e a Proporcionalidade entre a Proibição de Excesso. Primeira mostra de trabalhos científicos do XI Seminário Nacional demandas sociais e políticas na sociedade contemporânea.

constitucional, não afasta esse poder/dever de atuação porque ela própria só “adquire vigência no plano jurídico-positivo mediante seu “reconhecimento” por parte do Estado e da ordem jurídica, sendo, além disso, garantida por estes com sanções, que vão até à execução forçada”<sup>90</sup>. Canaris afirma que

“...Mais importante é, ainda, que, também do ponto de vista material da problemática, se deparam genuínas tarefas de protecção, cuja satisfação se encontra perfeitamente em harmonia com um entendimento liberal dos direitos fundamentais. Isto é assim, desde logo, por existirem direitos fundamentais que - como, por exemplo, a liberdade religiosa, em virtude do seu carácter pessoalíssimo, nem sequer se encontram ao dispor do seu titular, e cujo exercício, por conseguinte, não pode, à partida, aceitar-se como objecto de uma auto-limitação contratual. Ou que, pelo seu forte conteúdo pessoal, são especialmente “sensíveis” a tal restrição, como é o caso da integridade corporal e da liberdade de deslocação. Estabelecer aqui limites à autonomia privada corresponde, mesmo, ao pensamento liberal clássico, de tal sorte que não pode ver-se nele qualquer argumento probante contra o recurso, nestes casos e se necessário, a uma fundamentação jurídico-constitucional assente na função de imperativo de tutela dos direitos fundamentais ...”<sup>91</sup>.

Na mesma linha de entendimento, Gomes Canotilho e Vital Moreira, para quem

“... os direitos fundamentais vinculam as entidades públicas, não apenas de forma “negativa” - impondo-lhes uma proibição de agressão ou ingerência na esfera do direito fundamental - mas também de forma “positiva” - exigindo delas a criação e manutenção dos pressupostos de facto e de direito necessários à defesa ou satisfação do direito fundamental ... Uma das formas de vinculação positiva das entidades públicas traduz-se no chamado *dever de*

---

<sup>90</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., pp. 71/72.

<sup>91</sup> Idem, pp. 71/72.

*proteção* do Estado relativamente às agressões ou perturbações ocasionadas nos direitos fundamentais por parte de terceiros ...”<sup>92</sup>.

Assim, caso se compreenda que o direito fundamental à segurança no trabalho também se aplica ao desportista profissional e que não há garantias suficientes de que as regras das entidades desportivas o tratem de forma suficiente e adequada, caberia ao Estado tutelá-lo através de todos os instrumentos típicos de atuação que dispõe, como a legislação, a administração e o poder jurisdicional. Não se admitiria a insuficiência de proteção<sup>93</sup>, pois em matéria de direitos fundamentais não se pode “... descer abaixo do mínimo de protecção jurídico-constitucionalmente exigido ...”<sup>94</sup>. A tutela estatal poderia vir, por exemplo, através do direito ordinário, já que pertence “fundamentalmente a este - e não ao direito constitucional - a tarefa de disponibilizar os instrumentos de protecção - que vão desde o direito penal, passando pelo direito administrativo, tributário e social, até ao direito privado, já que, caso contrário, com tal tarefa acabaria, quer por se exigir demasiado, quer por se desnaturar a Constituição...”<sup>95</sup>.

Canaris alinhava alguns fatores que devem ser satisfeitos para se fundamentar a existência do dever de proteção. Em primeiro lugar, há que considerar

“ ... a ilicitude da intervenção, por um sujeito de direito privado, no bem garantido pelo direito fundamental, a sua colocação em perigo por um sujeito de direito privado, bem como a dependência (falta de alternativa) do titular do

<sup>92</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., pp. 139/140.

<sup>93</sup> Cf. Streck, o julgado paradigmático da doutrina da proibição de proteção deficiente ou insuficiente - *Untermassverbot* – ocorreu na Alemanha com o julgamento da descriminalização do aborto (BverfGE 88, 203, 1993): “O Estado, para cumprir com o seu dever de proteção, deve empregar medidas suficientes de caráter normativo e material, que permitam alcançar – atendendo à contraposição de bens jurídicos – uma proteção adequada, e como tal, efetiva (*Untermassverbot*). (...) É tarefa do legislador determinar, detalhadamente, o tipo e a extensão da proteção. A Constituição fixa a proteção como meta, não detalhando, porém, sua configuração. No entanto, o legislador deve observar a proibição de insuficiência (...). Considerando-se bens jurídicos contrapostos, necessária se faz uma proteção adequada. *Decisivo é que a proteção seja eficiente como tal. As medidas tomadas pelo legislador devem ser suficientes para uma proteção adequada e eficiente e, além disso, basear-se em cuidadosas averiguações de fatos e avaliações racionalmente sustentáveis.* (...)” – STRECK - O dever de ...

<sup>94</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., p. 138.

<sup>95</sup> Idem, p. 115.

direito fundamental, no exercício do direito fundamental em questão (...). Critérios essenciais são, ainda, o nível e o tipo de direito fundamental a proteger, a gravidade da intervenção que se ameaça e a intensidade da colocação em perigo, as possibilidades do titular quanto a uma auto-protecção eficaz, bem como o peso de interesses e direitos fundamentais contrapostos; estes funcionam conjuntamente sob a forma de proposições comparativas, com estrutura do tipo “quanto mais e quanto mais forte tanto mais”, ao modo de um “sistema móvel” no sentido de Wilburg ...”<sup>96</sup>.

Analisando-se os critérios apresentados pelo jurista alemão em relação à questão da segurança no trabalho do desportista profissional, tem-se, em primeiro lugar, que os bens protegidos - saúde e vida - são essenciais, situam-se no topo da pirâmide de valores protegidos por todas as constituições contemporâneas. Fragilizar esses bens fundamentais pela aceitação indiscriminada de regras técnicas ao manejo exclusivo de sujeitos de direito privado - as entidades desportivas - sem qualquer controle público, parece claramente desarrazoado e inconstitucional. Tenha-se em conta que o principal critério dessas entidades quando alteram as “leis do jogo” é tornar a modalidade mais atrativa, principalmente do ponto de vista econômico. Isso ocorre mesmo quando algumas adaptações nas regras poderiam melhor preservar bens fundamentais sem desnaturar a essência das modalidades desportivas.

Por outro lado, poder-se-ia argumentar que o desportista profissional tem todas as possibilidades de se autoproteger eficazmente. Afinal, pratica o desporto se quiser. Pode, perfeitamente, buscar outra profissão.

Esta análise é formal e superficial. Até que ponto alguém que nasce com o dom, a capacidade natural de jogar futebol como Cristiano Ronaldo<sup>97</sup>, ténis como

---

<sup>96</sup> Idem, pp. 137/138.

<sup>97</sup> Ronaldo começou a jogar aos oito anos nas categorias de base do Clube Futebol Andorinha de Santo António. Aos 10 anos assinou contrato com o Clube Desportivo Nacional e com 12 anos foi jogar nas categorias de base do Sporting Clube de Portugal, disponível em <pt.wikipedia.org>, acessado em 05/01/2017.

Rafael Nadal<sup>98</sup>, nadar como Michael Phelps<sup>99</sup>, é livre para deixar de o fazer? Essas aptidões manifestam-se cada vez mais precocemente. Comumente aos 12, 10, 8 anos de idade. O infante desportista é levado pela correnteza. Familiares, “olheiros”, agentes interessados no sonhado sucesso da criança desportista o vão conduzindo pelos caminhos do desporto profissional. Anos de vida são dedicados ao projeto desportivo. É extremamente custoso abandoná-lo, abrir mão do investimento de anos, décadas de vida, desconsiderar que todo esse tempo poderia ter sido dedicado a outros projetos que foram preteridos nessa trajetória.

Por sua vez, a possibilidade dos desportistas profissionais interferirem na definição das regras desportivas é praticamente nula. As “leis do jogo” e suas modificações são decididas normalmente na Suíça<sup>100</sup>, país sede das principais entidades internacionais do desporto. No caso do futebol, as alterações nas “leis do jogo” são definidas pelo IFAB, instituto composto por quatro instituições britânicas de futebol e pela FIFA<sup>101</sup>. Muito longe e sem participação efetiva de representantes dos desportistas profissionais. As decisões dessas entidades impactam a vida de milhões de pessoas pelo mundo que são obrigadas a simplesmente curvarem-se e obedecê-las, sob pena de ficarem de fora das competições e terem que abandonar suas profissões.

Parece evidente que o Estado, em nome da segurança no trabalho, como faz em todas as outras atividades profissionais, deve auditar e eventualmente revisar as “leis do jogo”, exercitando seus instrumentos típicos de intervenção nas relações privadas para proteger a segurança do trabalho do desportista profissional. Nessa atuação deve evitar *o quanto possível*, descaracterizar as modalidades desportivas<sup>102</sup>.

No Estado de Direito não basta a garantia da defesa de direitos e liberdades contra o próprio Estado. É necessário também a defesa dos cidadãos contra

---

<sup>98</sup> Nadal começou no tênis aos 3 anos de idade, com a orientação de seu tio Toni Nadal. Aos 12 decidiu se dedicar integralmente ao desporto e aos 16 anos já estava entre os 50 primeiros tenistas da ATP, disponível em <revistatenis.uol.com.br>, acessado em 05/01/2017.

<sup>99</sup> Phelps aos 10 anos quebrou o recorde de natação mirim dos EUA. Aos 15 classificou-se para as olimpíadas de 2000, em Sydney, disponível em <www.ebiografia.com>, acessado em 05/01/2017.

<sup>100</sup> Ver item III.5.3.

<sup>101</sup> Laws of the game - [Em linha], disponível em <http://www.fifa.com>.

<sup>102</sup> O caso dos esportes de luta deveria ser estudado com maior atenção. No atual estágio civilizatório ainda seria admissível um desporto cujo objetivo principal é lesionar um ser humano?



“... *quaisquer poderes sociais de facto*. Assim poderá afirmar-se que o Estado de Direito se demite da sua função quando se abstém de recorrer aos meios preventivos e repressivos que se mostrem indispensáveis à tutela da segurança, dos direitos e liberdades dos cidadãos ...”<sup>103</sup>.

Ainda sobre o dever de proteção, Lenio Luiz Streck aponta que na Alemanha eles são considerados a contraparte da função negativa dos direitos fundamentais e não devem ser confundidos com os direitos económicos e sociais<sup>104</sup>. Grimm afirma que “*não é nenhuma novidade o fato de os bens protegidos pelos direitos fundamentais não serem, ameaçados apenas pelo Estado, mas também por pessoas privadas. O Estado deve a sua existência a esse fato. Ele sempre retirou sua legitimidade da circunstância de salvaguardar os cidadãos contra ataques estrangeiros ou de outros indivíduos ...*”<sup>105</sup>.

Não haveria opção para o legislador em matéria de proteção a direitos fundamentais, como é o caso da segurança no trabalho do desportista profissional. Atuar nessa questão seria imperioso, sob pena da caracterização de proteção insuficiente, tendo o legislador que se valer da proporcionalidade entre a proibição de excesso (Übermassverbot) e a proibição de proteção insuficiente (Untermassverbot) perseguindo o equilíbrio na busca da medida adequada<sup>106</sup>.

Como aponta Eduardo Gomes Casado, “... la intervención pública en el deporte pretende asegurar el respeto de las garantías y derechos constitucionales de los operadores desportivos ...”<sup>107</sup>.

---

<sup>103</sup> MACHADO, João Baptista - Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador. 9ª reimpressão ed. Coimbra : Almedina, 1996, p. 59.

<sup>104</sup> STRECK - O dever de proteção ...

<sup>105</sup> Citado por GOMES, Carla Amado - Defesa da Saúde Pública vs. Liberdade Individual Casos da vida de um médico de saúde pública. Lisboa : Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999.

<sup>106</sup> ALVES e GAERTNER - O Dever de ...

<sup>107</sup> CASADO - Bases Estructurales ..., p. 64.

### 3.2 – O direito do desportista profissional à segurança no trabalho

Longe se vai o tempo do amadorismo em desportos como o futebol, quando não se reconhecia a existência de relação laboral entre clubes e desportistas e faziam algum sentido afirmações como a de Arturo Majada de que:

“... La nota de remuneración es indispensable para la existencia del contrato de trabajo, mientras que el contrato deportivo puede existir sin que se den prestaciones económicas de ninguna clase; la finalidad de la asociación deportiva no es la producción, ni siquiera el lucro o la ganancia ...”<sup>108</sup>.

O desportista profissional atualmente, apesar das especificidades da atividade, é visto e reconhecido como trabalhador. Não pairam dúvidas que se lhe aplicam as disposições do artigo XXIII da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, que preceitua o direito de todo homem a condições justas e favoráveis de trabalho, e da *Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho – OIT* – que estabelece um conjunto de preceitos voltados à proteção da saúde laboral, sem fazer qualquer distinção quanto a espécie de trabalho realizado<sup>109</sup>.

A Constituição Portuguesa assegura aos trabalhadores, dentre os quais, certamente, os desportistas profissionais, o direito a condições seguras de trabalho. Os destinatários dessas normas são os empregadores e o próprio Estado. A vertente positiva do direito constitucional à proteção da saúde determina que o Estado tome medidas efetivas para proteger os trabalhadores dos riscos laborais, o que implicaria no dever de legislar para a proteção da saúde dos desportistas

---

<sup>108</sup> MAJADA, Arturo - Naturaleza jurídica del contrato deportivo. Revista general de derecho. [Consult. 31/10/2015]. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es>> , pp. 329-331.

<sup>109</sup> Convenção nº 155 da OIT, relativa à segurança, à saúde dos trabalhadores e ao ambiente de trabalho.

Artigo 1.º - A presente Convenção aplica-se a todos os ramos de actividade económica (...)

Artigo 2.º - A presente Convenção aplica-se a todos os trabalhadores dos ramos de actividade económica por ela abrangidos. [...]

Artigo 4.º - Qualquer membro deverá, à luz das condições e da prática nacionais e em consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores mais representativas, definir, pôr em prática e reexaminar periodicamente uma política nacional coerente em matéria de segurança, saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho. 2 - Essa política terá como objectivo a prevenção dos acidentes e dos perigos para a saúde resultantes do trabalho quer estejam relacionados com o trabalho quer ocorram durante o trabalho, reduzindo ao mínimo as causas dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho, na medida em que isso for razoável e praticamente realizável [...].

quando as normas das entidades desportivas não cuidarem adequadamente da questão<sup>110</sup>.

O artigo 59, 1, b, estabelece o direito dos trabalhadores à organização do trabalho em condições dignificantes, não podendo ser, de qualquer forma, prestado em condições socialmente degradantes ou contrárias à dignidade humana. Por sua vez, o número 2, “c”, do mesmo artigo, determina ao Estado assegurar especial proteção às condições de trabalho dos que desempenhem atividades violentas<sup>111</sup>, disposição que poderia enquadrar até mesmo a luta profissional, por exemplo, resultando em uma expressa determinação constitucional para o Estado legislar sobre a matéria, não deixando a questão ao livre arbítrio das entidades particulares.

O Estado não pode assumir um comportamento de *non facere* em matéria de segurança, (higiene) e saúde no trabalho, pelo contrário, “... perante esse valor supra individual, a Constituição chama-o a intervir no sentido de estabelecer tutelas mínimas de garantia a serem observadas (essencialmente) pelas entidades patronais (vd., arts. 2º e 9º /b) d), 59º/1/c)/2/b e 81º /a CRP ... (no caso, as entidades desportivas) ... compete ao Estado editar legislação e criar os mecanismos necessários para garantir a ... operatividade (da proteção à saúde do trabalhador) ...”<sup>112</sup>.

Como aponta Canotilho

“... A Constituição não tem uma referência expressa aos direitos fundamentais dos atletas. O desportista ou o atleta profissional é considerado trabalhador para a titularidade e o exercício de alguns direitos fundamentais ... Dada a “posição de poder” das associações desportivas em relação aos atletas, incumbem especiais deveres de protecção a cargo do Estado, designadamente quanto à protecção do desenvolvimento da personalidade, da dignidade do atleta, da saúde e da segurança social ... Os direitos fundamentais dos atletas podem andar associados a direitos económicos e sociais, desde logo pela configuração da atividade desportiva como uma actividade económica. Neste contexto, os atletas profissionais reconduzem-

---

<sup>110</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., p. 825.

<sup>111</sup> Idem, pp. 773/768.

<sup>112</sup> PIMPÃO - A tutela do trabalhador..., pp. 73/79.

se à categoria de trabalhadores por conta de outrem, beneficiando-se dos direitos dos trabalhadores em geral (sem prejuízo das adaptações requeridas pela especificidade da actividade desportiva ...Dentre as imposições dirigidas aos poderes públicos devem contar-se as medidas (...) ao estímulo ao desporto de alta competição, em termos respeitadores da integridade moral e física dos desportistas ...”<sup>113</sup>.

A atividade desportiva, de forma geral, especialmente por suas diversas implicações em matéria de direitos fundamentais, não pode ser mais indiferente aos Estados como à época do seu nascimento moderno no final do século XIX e início do XX. Algumas constituições inserem o próprio desporto como direito social e atribuem ao Estado o papel de o fomentar<sup>114</sup>.

A Carta portuguesa incumbe ao Estado, com a colaboração de outras entidades, especialmente as associações e coletividades desportivas, "promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura artística e do desporto (...) proclamando que todos têm direito à cultura física e ao desporto e reconhecendo aos jovens uma protecção especial para a efectivação (entre outros aspectos) dos seus direitos na educação física e no desporto”<sup>115</sup>.

Como observa José Manoel Meirim:

“... a mensagem constitucional, sem apelar ao jogo das normas e princípios localizados para além do espaço desportivo, parece valorizar preferencialmente, com projecção natural na acção dos poderes públicos, as ligações entre o desporto e o direito à protecção da saúde ... É bem nítida ... a relação de intimidade axiológica que o texto constitucional apresenta neste domínio ...”<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., pp. 934/937.

<sup>114</sup> Além da Constituição Portuguesa, o direito ao desporto também está previsto em diversas Cartas Magnas, como a Constituição Federal do Brasil (artigo 217), Constituição Espanhola (artigo 43) e de vários países latino-americanos: Cuba, Nicarágua, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, República Dominicana e México (ZAMBRANA, Karel Luis Pachot - El Derecho Constitucional al Deporte en la Doctrina y el Derecho Comparado, em Revista Mexicana de Derecho Constitucional - nº 35, Instituto de Investigaciones Jurídicas/UNAM, 2016).

<sup>115</sup> OTERO, Paulo - Legalidade e Administração Pública. [S.l.]: Almedina, 2003, p. 776.

<sup>116</sup> MEIRIM, José Manuel - Temas de Direito do Desporto. Coimbra: Coimbra Editora, 2006, p. 313.

Pode-se, então, considerar que a questão da segurança no trabalho no desporto profissional está diretamente relacionada à premência ainda maior da adequação constitucional do direito do desporto, na linha da *constitutionalisation of private law*<sup>117</sup>. Identifica-se a necessidade de constitucionalização do direito do desporto especialmente para a adequação das normas desportivas aos direitos fundamentais. As regras que regem o desporto, a par da sua especificidade e natural fonte privada, não podem se constituir em uma “ilha” inalcançável pelos direitos fundamentais que representam o avanço civilizatório da humanidade. É premente identificar-se um conteúdo mínimo e invariável entre seus elementos constitutivos, inclusive com limites ao seu exercício, que, ao mesmo tempo que garanta o desfrute e gozo dos seus titulares, salvaguarde direitos básicos que constituem os pilares de sustentação das sociedades contemporâneas<sup>118</sup>. O legislador de direito privado, seja o próprio legislativo quando cria normas para reger as relações entre os entes privados ou mesmo os próprios entes privados quando estabelecem normas internas para suas relações, estão submetidos aos ditames dos direitos fundamentais<sup>119</sup>. Ora, poderia então uma norma advinda de uma entidade desportiva estar em desacordo com eles?

Por fim, a agilidade necessária às decisões relativas aos eventos desportivos, sob pena de se inviabilizarem as competições, um dos principais fundamentos para a existência de instâncias próprias para julgamento das questões desportivas e para a autonomia do direito desportivo, não justifica que as questões relativas à saúde e à segurança dos desportistas profissionais fiquem alheias às instituições de direito público. As normas de proteção à saúde e à segurança dos atletas são definidas *bem antes do início dos eventos*. Portanto, sua eventual reformulação seria realizada fora das competições, não estando, assim, sujeita ao seu ritmo. O caráter aqui é essencialmente preventivo.

---

<sup>117</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., p. 20.

<sup>118</sup> ZAMBRANA - El Derecho Constitucional ..., p. 121.

<sup>119</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., p. 28.

### **3.3 – Liberdade e autonomia do desportista profissional**

A autonomia individual está entre os valores garantidos pela Constituição Portuguesa sendo assegurada por diversos preceitos. Afora a dignidade humana (artigo 1º), que bastaria para a exigir, encontra amparo na própria escolha pelo regime democrático (artigo 2º e 9º, “c”) pois a democracia exige independência política e, portanto, autonomia para expressão da vontade. Outros fundamentos seriam:

- a) o princípio da igualdade (artigo 13º), que afasta privilégios, benefícios, prejuízos ou privações, garantindo, de certa forma, o exercício da autonomia;
- b) o direito de resistência (artigo 21º), que permite ao cidadão resistir a ordens que ofendam à sua liberdade;
- c) direitos que asseguram a individualidade como o direito à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação (artigo 26º).

A possibilidade de escrever sua própria história talvez seja o que mais distingue o homem dos outros animais<sup>120</sup>. Mais alto na escala evolutiva, maior liberdade de escolhas. Para Sartre, a única restrição absoluta do homem, paradoxalmente, seria, justamente, a liberdade. Até quando dela se abre mão se a está exercendo<sup>121</sup>. Manda a natureza dos peixes que nadem de um lado a outro, comam crustáceos, nunca bananas. Cães, num patamar superior da evolução, já podem ser tímidos ou curiosos. A natureza do homem faculta-lhe escolher entre encerrar-se num mosteiro no Tibet ou viajar à Lua: “Liberdade - essa palavra, que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não

---

<sup>120</sup> Cf. BARAK, Aharon - Human Dignity. Cambridge : Cambridge University Press, 2015, prefácio xix, “... humanity is a person’s free will and autonomy. It is a person’s freedom to write her life story. This humanity always sees a person as an end unto herself and not merely as a means. Is is the humanity of a person in the framework of the society in which she lives ...”.

<sup>121</sup> SARTRE, Jean-Paul - O Ser e o Nada. 13ª edição ed. São Paulo : Vozes, 2005.

entenda!”<sup>122</sup>. A liberdade relaciona-se com a ideia de realização pessoal e autodeterminação, “... a partir da possibilidade de o indivíduo escolher a vida que deseja levar, de acordo com suas próprias razões. A liberdade, enfim, permite a transformação em realidade daquilo que o indivíduo pensa ser possível ...”<sup>123</sup>.

Nos primórdios, a liberdade de um homem só era tolhida pela vontade de outro mais forte. Surge o Estado para substituir a força bruta e organizar a limitação da liberdade individual em nome do interesse coletivo. Para os filósofos mais libertários, como John Stuart Mill, “o único propósito para o qual o poder pode legitimamente ser exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua própria vontade, é impedir que se faça dano a outros”<sup>124</sup>. Sobre o prisma coletivo, os direitos à liberdade equivalem classicamente a uma concepção liberal de direitos fundamentais – direitos de defesa do cidadão frente ao Estado. Por outro lado, os direitos à igualdade, de afirmação posterior, concretizam-se pela criação de condições de igualdade material, correspondendo aos direitos econômicos, sociais e culturais<sup>125</sup>.

A partir da concepção de sociedades fundadas na dignidade da pessoa humana, passou-se a entender que o poder estatal também deve ser exercido para impedir que o indivíduo cause determinados danos a si próprio. Haveria um autoconceito da espécie, que fica vulnerável quando um de seus membros sofre determinados gravames, mesmo que voluntariamente. Como observam Canotilho e Moreira, a *autonomia da pessoa* “... nos leva a situações complexas, como nos casos do suicídio, colocação da vida em perigo, consentimento de tratamentos médicos, eutanásia ...”. No dizer dos professores portugueses:

“... O direito à integridade física e psíquica condiciona severamente a hipótese de se recortar constitucionalmente um direito a dispor do próprio corpo.

---

<sup>122</sup> Cecília Meireles, In “*Romance XXIV ou da Bandeira da Inconfidência*”, “Romanceiro da Inconfidência”, Editora Letras e Artes - Rio de Janeiro, 1965, p. 70.

<sup>123</sup> SALES, Tainah Simões - O Direito Fundamental à Liberdade contratual e o Princípio da Autonomia da Vontade à Luz da Constitucionalização das Relações Privadas. Em Relações privadas e democracia [Em linha]. 1ª edição ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013 [Consult. 29 jul. 2016]. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br>>.

<sup>124</sup> MILL, John Stuart, A liberdade. In: Morris, Clarence (Org.). Os grandes filósofos do direito. Tradução por Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 364-399, p. 385., citado por TAINAH - O Direito Fundamental à ....

<sup>125</sup> A respeito das diferenças entre essas categorias de direito: MIRANDA, Jorge - Manual de Direito Constitucional - Vol. IV. 2ª edição ed. Coimbra : [1993 ], pp. 95 segs.

Ressalvado as hipóteses de disposição do corpo com efeito *post mortem* .... o princípio é o da indisponibilidade de próprio corpo (cfr., porém, Cód. Penal, art. 149º, e L nº 12/93, art. 6º). Este princípio tem como corolário lógico o princípio da não venalidade do corpo ...”<sup>126</sup>.

Por sua vez, Jorge Reis Novaes também entende que “... a consideração da pessoa como sujeito da sua própria vida ...” é uma das dimensões fundamentais da dignidade humana. Porém, identifica a existência de

“... situações excepcionais em que a gravidade do que está em causa obriga a colocar limites à autonomia individual, desde que esses limites sejam derivados da necessidade de respeito ou de proteção da dignidade da pessoa humana ...”<sup>127</sup>.

Os direitos fundamentais são em princípio indisponíveis. Possuem eficácia objetiva porque sua observância não importa, não depende da subjetividade, do interesse, apenas do titular do bem jurídico em questão, mas também das pessoas em geral consideradas como coletividade. Talvez aí a principal marca do que se pode chamar de civilização. Mesmo quando determinada atitude ou escolha não causa dano direto a outro indivíduo específico pode prejudicar a coletividade como um todo “... ao incitar uma cultura de violência e de desrespeito aos valores morais socialmente aceitos ...”<sup>128</sup>. Infere-se da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos que o exercício de direitos e liberdades individuais deve satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática (Artigo XXIV, item 2). Para Alessandra Monteiro, no âmbito desportivo, essa seria a condição “... que impediria, por exemplo, o retorno da luta de gladiadores como modalidade desportiva”<sup>129</sup>.

Paradoxalmente, contudo, quanto mais se avança na chamada “pós-modernidade” aumenta-se a frequência das situações em que se admite a renúncia ou limitação de direitos fundamentais, como no caso dos *reality shows* (direito à

---

<sup>126</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., pp. 447/456.

<sup>127</sup> NOVAIS - A Dignidade ..., p. 141.

<sup>128</sup> MONTEIRO - Desporto e ..., p. 145.

<sup>129</sup> Idem.



intimidade), amputação de partes do próprio corpo, cirurgias plásticas, colocação de *piercings* (princípio da não venalidade do corpo ou direito à integridade física) a ponto de considerar-se que:

“... a possibilidade de renúncia [a direitos fundamentais] é, no fundo, uma questão de ponderação de valores, onde, de um lado, estará o da autonomia da vontade, e, do outro, o direito a ser renunciado. Em alguns casos prevalecerá a autonomia da vontade; em outros, o direito fundamental em jogo, conforme a importância de cada um desses valores no caso concreto ...”<sup>130</sup>.

No que concerne ao objeto em discussão - a necessidade e o alcance da interferência estatal nas regras do jogo para proteger a segurança no trabalho do desportista profissional - como bem observa Alessandra Pearce de Carvalho Monteiro “... há uma clara colisão de valores relacionada à dignidade da pessoa humana (...): a autonomia da vontade *versus* a integridade física ...”<sup>131</sup>. É notório que a grande maioria dos atletas de alto rendimento se submete a situações que prejudicam sua saúde e, como indaga Alessandra, esses desportistas seriam verdadeiramente livres e autônomos nessa decisão? Estariam verdadeiramente decidindo por conta própria quando colocam em risco sua própria integridade física? A investigadora aponta que a resposta para esta pergunta “... é extremamente importante porque repercute em várias outras questões ligadas ao desporto; na regulamentação das atividades desportivas, inclusive proibições de algumas práticas ...”<sup>132</sup>. Reflete, ainda, que o relevo da preservação da integridade física para a dignidade da pessoa humana prescinde de maiores esclarecimentos, o que não ocorre em relação à autonomia da vontade que, por vezes, não é bem compreendida. A teoria libertária de Stuart Mill oferece uma boa perspectiva para esse entendimento a partir de dois postulados principais<sup>133</sup>:

---

<sup>130</sup> MARCELSTEIN, George - Direitos Fundamentais. São Paulo : Atlas, 2008, p. 440.

<sup>131</sup> MONTEIRO - Desporto e ..., p. 143.

<sup>132</sup> Idem, p. 143.

<sup>133</sup> MILL, J. S., A Liberdade/Utilitarismo. Martins Fontes, 1ª ed. 2000, p. 278, citado por MONTEIRO - Desporto e ...

- I) As pessoas devem ser livres para fazerem o que quiserem, desde que não prejudiquem terceiros;
- II) O Governo não pode legislar para proteger uma pessoa de si própria ou para impor a crença da maioria acerca de noções sobre virtude e moral.

A principal virtude da teoria libertária de Mill é a proteção daqueles que não se enquadram nas posições culturais, sexuais e sociais dominantes. Os diferentes, de forma geral. Monteiro cita o exemplo dos homossexuais: “mesmo que a maioria da comunidade não aprovasse moralmente a homossexualidade, a liberdade sexual não poderia ser suprimida por leis. O mesmo raciocínio se aplica a questões como prostituição, religião e liberdade de expressão”<sup>134</sup>.

No limite, entretanto, como lembra a autora, a teoria libertária poderia justificar situações em que o senso comum percebe em completa dissonância com a dignidade humana, como o caso de canibalismo consensual que ocorreu na Alemanha em 2001<sup>135</sup> e que demonstrou, como assentado no julgado alemão, a necessidade de se estabelecer limites ao exercício da autonomia da vontade: primeiro, a escolha individual não deve violar acentuadamente a dignidade da pessoa humana e os valores coletivos que regem a ordem pública; segundo, a autonomia da vontade deve ser plena, verdadeiramente livre. O indivíduo “... deve realizar sua escolha com consciência e sem estar submetido à coação ...”<sup>136</sup>.

Comentando o primeiro limite ao exercício da autonomia da vontade - o ato volitivo individual não gravar violentamente a dignidade humana e os valores buscados pela ordem jurídica, especialmente pelas Constituições e os tratados internacionais de direitos humanos - Alessandra Monteiro, considera questionável “a adequação moral de desportos como a tourada espanhola e as lutas de MMA”<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> MONTEIRO - Desporto e ...,p. 145.

<sup>135</sup> Trata-se do caso de Armin Meiwes, técnico de informática de quarenta e dois anos que postou anúncio na internet procurando alguém disposto a ser comido por ele. Diversas pessoas responderam ao anúncio, e uma destas chegou mesmo a ser morta e comida. De acordo com os princípios do libertarismo, a vítima teria o direito de oferecer sua vida e seu corpo para esta experiência, e, portanto, Meiwes não poderia ser condenado por homicídio.

A tese libertária não foi aceita pelo Tribunal Alemão, e o "Canibal de Rotenburgo" foi condenado à prisão perpétua.

<sup>136</sup> Idem, p. 152.

<sup>137</sup> A morte de João Carvalho, lutador português de MMA, em abril de 2016, na cidade de Dublin, levou a Autoridade de Segurança e Saúde irlandesa a abrir uma investigação, o que normalmente não ocorre em casos desportivos – Diário de Notícias, edição de 13/04/2016.

(Mixed Martial Arts) visto que ambos tem como objetivo central proporcionar um espetáculo de violência (...) contrariando, em tese, os valores da dignidade, da passividade e da moralidade ...”. A pesquisadora questiona, ainda, se os desportistas seriam realmente livres para exercerem autonomamente uma válida disposição de sua integridade física ao submeterem-se a situações de evidente prejuízo à sua boa saúde e mesmo colocando em risco suas próprias vidas. A resposta da doutrina do libertarismo clássico seria afirmativa. O Estado não poderia ter a pretensão de proteger os atletas deles próprios. Nesse quadro não haveria óbice para o retorno da luta de gladiadores até a morte caso os desportistas gladiadores concordassem em entrar na arena<sup>138</sup>.

A prevalência da tese de que a interferência estatal nas regras do jogo para proteger a segurança no trabalho do desportista profissional violaria o direito fundamental do atleta à liberdade e, por conseguinte, o exercício da sua autonomia de vontade cede, justamente, a realidade de que *a esmagadora maioria dos atletas profissionais não é autônoma*. Ao menos nos desportos de massa, como é o caso do futebol, a totalidade dos desportistas é *subordinada* a entidades desportivas através de contratos de trabalho. A principal característica desse tipo de relação é justamente a subordinação<sup>139</sup>. Nessas relações trabalhistas não há espaço para o trabalhador discutir, sugerir alterações, escolher o modo e as regras com que irá jogar (trabalhar). É a mesma realidade de outros segmentos empresariais, como, por exemplo, a indústria. O operário industrial não escolhe as dimensões e os materiais dos prédios em que trabalha. Não pode, por conta própria e autonomamente, nestes aspectos, reduzir os riscos à sua saúde e segurança. Estas questões estão na esfera de controle do empregador. Cabe ao operário, se quiser trabalhar, sujeitar-se às condições oferecidas. Por essa razão, o Estado, em nome da segurança dos operários industriais, interfere nas condições e modo de trabalho das indústrias, editando normas públicas e estabelecendo restrições e condições técnicas para o setor:

---

<sup>138</sup> Ibidem, p. 145

Cremos que apenas os extremados libertaristas concordariam com isso.

<sup>139</sup> De acordo com o Código do Trabalho, contrato de trabalho é aquele pelo qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização e sob a autoridade destas - Artigo 11 do Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, e 27/2014, de 8 de maio.

Portaria nº 53/71, de 3 de fevereiro alterada pela Portaria nº 702/80, de 22 de setembro

(Aprova o regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais)

(...)

Artigo 7º

(Altura e separação das construções)

1. A altura das construções deve ser condicionada pela sua maior ou menor resistência ao fogo, pela natureza dos materiais e mercadorias que comportem e ainda pelos riscos de incêndio inerentes ao processo de fabrico.
  2. Todas as operações industriais que impliquem risco grave de explosões e de fogo devem ser efectuadas em construções separadas
- (...)

Artigo 8º

(Altura, superfície e cubagem dos locais de trabalho)

1. Os locais de trabalho devem ter, pelo menos, 3 m de altura entre o pavimento e o tecto, admitindo-se, em casos excepcionais, uma tolerância de 0,2 m.
- (...)

Artigo 88º

(Remoção de resíduos)

1. Não deve permitir-se a acumulação de resíduos inflamáveis nos pavimentos. Os resíduos devem ser retirados, pelo menos, uma vez por dia ....

Caso não existissem essas normas estatais, o empregador estaria totalmente livre para escolher a periodicidade de remoção de resíduos. Talvez os removessem uma vez por semana, duas, ou quando bem o aprovesse. Mas, em

nome da segurança dos trabalhadores, o Estado interfere no modo de operação das indústrias estabelecendo uma periodicidade mínima para a limpeza. O mesmo ocorre em diversos outros setores econômicos, como a construção civil<sup>140</sup>, comércio e serviços<sup>141</sup> e nas Minas e Pedreiras<sup>142</sup>.

No caso do futebol, por exemplo, as regras sobre substituições de jogadores afetam suas condições de saúde e segurança, e, apesar de não dizerem respeito diretamente ao jogo “dentro de campo”, são consideradas técnicas e estão sob o controle da FIFA/IFAB. A entidade máxima do futebol não aceita substituições temporárias e estabelece o limite de três substituições por partida. No início de 2016, em caso de prorrogação da partida, acresceu-se a possibilidade de mais uma substituição.

A questão das substituições esteve entre os objetos da Class Action promovida em face da FIFA e das entidades administradoras do futebol nos EUA na Corte do Norte da Califórnia<sup>143</sup>. Buscou-se, pela referida ação, a mudança nas “leis do jogo” para permitir a substituição temporária para avaliação médica detalhada do jogador que sofre, por exemplo, forte pancada na cabeça. Nem mesmo no futebol juvenil e infanto-juvenil isso era permitido pelas leis do jogo, como ainda não é permitido no futebol profissional adulto, o que pode levar ao agravamento e a ocorrência de múltiplas concussões nos jogadores. Mesmo que mais de três jogadores sejam lesionados durante uma partida e precisem deixar o campo, de acordo com as normas da FIFA, o quarto lesionado não pode ser

---

<sup>140</sup> Decreto nº 41821/58, de 11 de agosto - (Aprova o regulamento de segurança no trabalho da construção civil).

<sup>141</sup> Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro - (Aprova o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios).

<sup>142</sup> Lei nº 113/99, de 3 de agosto - (Revoga o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 324/95, de 29 de Novembro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto e subterrâneas).

Decreto-Lei nº 162/90, de 22 de maio - (Estabelece o regulamento geral de segurança e saúde no trabalho nas minas e revoga o Decreto-lei n.º 18/85, de 15 de janeiro, a partir da data da entrada em vigor do regulamento anexo ao presente diploma).

Decreto-Lei nº 324/95, de 29 de novembro - (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas).

Portaria nº 197/96, de 4 de junho - (Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas por perfuração previstas no Decreto-Lei nº 324/95, de 29 de novembro).

Portaria nº 198/96, de 4 de junho - (Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas a céu aberto ou subterrâneas).

<sup>143</sup> U.S. DISTRICT COURT NORTHERN DISTRICT OF CALIFORNIA, Class Action Complaint, Case nº 14-cv-3879 2015, disponível em <<http://www.cand.uscourts.gov>>.

substituído. Se três substituições já foram feitas por qualquer motivo, razões táticas, por exemplo, o treinador da equipe fica com um dilema ao ter um dos seus jogadores lesionados: manter o jogador lesionado em campo ou jogar com menos de onze jogadores. Normalmente nesses casos, como se diz na gíria desportiva, o jogador passa a jogar “no sacrifício”<sup>144</sup>. De acordo com os autores da ação americana, as regras da FIFA sobre substituições durante uma partida levam ao aumento do risco de agravamento de lesões e da ocorrência de concussões múltiplas durante uma partida de futebol.

Não é facilmente compreensível a razão da FIFA não concordar com estas alterações nas “leis do jogo”. No mínimo, parece que se dá peso menor a segurança e saúde dos jogadores em relação a outros fatores. Ao menos a possibilidade da substituição de quantos jogadores gravemente lesionados houver na partida, sem prejuízos para a equipe, parece razoável que deveria ser permitido para aumentar a segurança no trabalho dos futebolistas profissionais. A permanência em campo do atleta nessas condições, além do sofrimento imediato, pode agravar ainda mais suas lesões.

É razoável supor que regras assim são do interesse da maioria dos desportistas profissionais? Que se os jogadores de futebol profissional tivessem verdadeira autonomia individual, ou seja, pudessem participar livremente do processo de normatização do seu desporto, escolheriam regras como essas, que claramente os prejudicam? Parece evidente que não. Parece falacioso o discurso de verdadeira liberdade e autonomia individual para justificar a não interferência estatal nas leis do jogo.

Apontam-se, ainda, outros obstáculos que mitigam a autonomia individual do desportista profissional como a ausência de discernimento (provocada tanto pela falta de capacidade psicológica, emocional e física, quanto pela falta de informação) e/ou as situações de pressão. A dependência financeira do desportista das entidades (clubes, agentes, patrocinadores), considerando que desde muito cedo a maioria teve sua vida pessoal, familiar, social e ocupacional moldada pelo sistema desportivo, seria outro importante fator a limitar o pretense exercício da autonomia

---

<sup>144</sup> “Jairo tem luxação no ombro direito e é dúvida para jogo contra o Rio Negro” - [Em linha], atual. 2016. [Consult. 28 dez. 2016]. Disponível em <<http://www.acritica.com>>.

pessoal e que podem levar o atleta “... a permanecer na atividade, apesar do risco de prejuízo à saúde”<sup>145</sup>.

Pela forma com que está estruturado o sistema desportivo moderno, com enormes quantias de dinheiro envolvidas, em que agentes, empresas de marketing desportivo, dirigentes e alguns (poucos) próprios desportistas fazem fortuna, como aponta Alessandra, é bastante “*provável*” que os desportistas “... sejam submetidos a pressões dos treinadores, clubes e patrocinadores ...” não se podendo considerar que “... sejam efetivamente livres ao decidirem, por exemplo, se tem condições físicas de continuar treinando ou competindo”, justificando-se, assim, em nome do interesse público e social e no exercício do seu dever de proteção aos direitos fundamentais, a intervenção estatal para proteger a segurança no trabalho, mesmo que “... isso signifique interferir numa suposta liberdade de autodeterminação...”<sup>146</sup>.

No atual estágio que se encontra o desporto profissional, parece infantil acreditar, na linha do libertarismo clássico, que os desportistas profissionais podem realmente decidir jogar ou não jogar, ou seja, trabalhar ou não nas profissões que levaram a vida inteira para construir, que suas decisões são tomadas de forma conscientes e livres de coação.

No seu importante trabalho sobre o tema - Desporto e Integridade Física - Alessandra Pearce questiona firmemente se os atletas de alto rendimento teriam o discernimento necessário para tomarem suas decisões, requisito indispensável ao exercício da autonomia individual, por razões que vão da ausência de “... maturidade psicológica para realmente apreenderem as consequências dos riscos que assumem (como é o caso dos atletas infanto-juvenis)” ou porque não receberiam informações suficientes sobre os riscos a que estão submetidos. A autora também acredita que a coação é um elemento importante para afastar a ideia de verdadeira autonomia individual, considerando múltiplos casos que “... sugerem que os atletas profissionais estão, por todos os lados, submetidos à forte pressão para excederem seus limites, ignorarem a dor e arriscarem sua integridade física ...” sendo comum participarem dos jogos com lesões e sob o efeito de analgésicos<sup>147</sup>.

---

<sup>145</sup> MONTEIRO - Desporto e ..., p. 144/146.

<sup>146</sup> Idem, p. 151.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 152.

No dizer de Manuel da Costa Andrade:

“... as possibilidades de o indivíduo intervir [no universo desportivo], exprimindo os seus sentidos e projectando a sua autonomia, são cada vez mais estreitas. Os modelos de acção, emergentes e radicados nos estereótipos e nas expectativas e polarizados por um quase infinito outro significativo, tornam-se progressivamente mais cogentes. Cada vez sobrando menos campo para a alternativa e a contingência individualmente induzidas. Como, a propósito do desportista profissional acentua SCHILD: «A sua vontade e iniciativa são secundárias. São os treinadores, a tática, os expectadores, os massmedia e o dinheiro que os motivam, isto é, os teleguiam como a um autómato ...”<sup>148</sup>.

Para esse importante criminalista que se debruçou sobre o universo desportivo, o jogo manifesta-se como uma realidade própria “... dotada de espírito autónomo e independente da consciência dos jogadores individuais que nele participam”. A própria natureza do desporto dificultaria a manifestação plena da autonomia individual: “O sujeito do jogo não são os jogadores que apenas relevam para que, através deles, o jogo aceda à sua manifestação”. Citando GADAMER, Andrade enfatiza o “... primado do jogo sobre a consciência do jogador...” e que “... Tudo isto permite destacar uma característica essencial do modo como a essência do jogo se reflecte no comportamento lúdico: *todo o jogar é um ser jogado*. A atracção do jogo, o fascínio que exerce, consiste precisamente no facto de o jogo se tomar dono dos jogadores ...”<sup>149</sup>.

Ao fim deste tópico, volta-se às reflexões de Jorge Reis Novaes sobre a dignidade humana do ponto de vista jurídico-constitucional. O autor entende que sua afirmação subjetiva pressupõe que o indivíduo tenha autonomia, possa decidir racionalmente sobre si mesmo:

“... Daí a dificuldade ... sobre a relação entre dignidade e consentimento (...) situações em que identificamos claramente, em termos objetivos, uma

---

<sup>148</sup> ANDRADE – Consentimento ..., p. 318.

<sup>149</sup> Idem, pp. 318/319.



violação ostensiva da dignidade, mas que, quando ocorrem com o consentimento livre e esclarecido dos afectados, suscitam questões de enorme complexidade na compatibilização da dimensão objectiva com a dimensão subjectiva da dignidade humana<sup>150</sup>.”

### **3.4 - A ponderação entre a liberdade/autonomia individual e as restrições necessárias à proteção à saúde no trabalho**

Em que medida a interferência do Estado na regulação do desporto reduziria a dimensão dos direitos fundamentais à liberdade, autonomia individual e desenvolvimento da personalidade?

O problema traz evidente conflito entre direitos fundamentais positivos e negativos. Uma eventual intervenção mais acentuada do Estado no núcleo central da normatização desportiva – as regras técnicas ou “leis do jogo” – para proteger o direito fundamental dos desportistas profissionais à saúde e à segurança no trabalho deve, necessariamente, compatibilizar-se com a função moderna do desporto de importante instrumento para o desenvolvimento da personalidade (artigo 26 da CRP) e, ainda, integrar-se ao direito à autonomia privada.

A Lei de Bases do Desporto, no que concerne ao respeito à autonomia das associações desportivas, no entendimento de alguns doutrinadores, já teria alguns preceitos considerados como intromissão excessiva do Estado como “a imposição da constituição de ligas profissionais (artigo 22º), por violação da vertente negativa da liberdade de associação; a proibição de votos em representação nas assembleias das federações e ligas (art.17º), a reserva legal genérica de definição de direitos e de deveres dos titulares de cargos dirigentes desportivos (art. 39º); e as limitações de mandatos nas federações desportivas com o estatuto de utilidade pública (art. 19º, nº 3)”<sup>151</sup>.

Os direitos à liberdade, à autonomia individual e ao desenvolvimento da personalidade são interdependentes e fortemente entrelaçados. Pressupõem um

---

<sup>150</sup> NOVAIS - A Dignidade ..., pp. 102 e 103.

<sup>151</sup> ALMEIDA - Os sistemas normativos ..., p. 291.

espaço de não intervenção dos poderes públicos<sup>152</sup>. A formação da personalidade, por exemplo, requer um ambiente com liberdade para que as pessoas descubram e construam seus próprios caminhos, sendo certo que a sociedade, desde bem cedo, apresenta sua “lista” com profissões, estado civil, gênero sexual, entre outras categorias pré-definidas, não dando muito espaço para criatividade e expressão de sentimentos individuais. Mas, ao menos, certa autonomia, a suficiente para escolher entre os itens disponíveis, é necessária para que a personalidade floresça. Liberdade, autonomia e desenvolvimento da personalidade andam de mãos dadas.

O desporto, por sua vez, é um espaço de expressão individual que se abre cedo na vida. Muitos pais, na esperança do filho vir a se tornar celebridade desportiva, precocemente o introduzem numa rotina de fortes treinamentos<sup>153</sup>. É comum bebês ganharem uma camisa de clube de futebol já na maternidade.

Nesse contexto, não há dúvidas de que o desporto é um dos mais importantes instrumentos no desenvolvimento da personalidade na sociedade atual e que precisa de um espaço de liberdade. Questiona-se se uma intromissão exagerada do Estado na sua regulação poria em risco até mesmo certos pilares da sociedade democrática, afinal, as *regras do jogo* seriam resultantes da livre escolha dos indivíduos e precisariam ser preservadas da intervenção estatal, sob pena de fragilizar-se a liberdade e a autonomia individual e, em última análise, comprometer-se o próprio desenvolvimento da personalidade.

Porém, até que ponto os desportistas, os trabalhadores do desporto, teriam alguma ingerência, exerceriam sua autonomia individual no estabelecimento das regras desportivas? Pode-se falar de autonomia dos atletas na definição das regras do desporto? Qual a efetiva participação dos jogadores, por exemplo, na definição das normas do futebol? A última modificação nas regras da modalidade alterou cerca de 95 pontos<sup>154</sup>. Quantas dessas alterações contaram com a efetiva participação e poder de influência dos jogadores<sup>155</sup>? Ao que parece, tais alterações

---

<sup>152</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., p. 465.

<sup>153</sup> “O que os pais devem saber quando escolhem um desporto para os filhos”. [Consult. 5 jan. 2017]. Disponível em <<https://criancasatortoeadireitos.wordpress.com>>.

<sup>154</sup> “Há 95 mudanças nas regras do futebol. Conheça as principais”. [Consult. 3 jan. 2017]. Disponível em <<http://www.record.xl.pt>>.

Statutes of The International Football Association Board (IFAB) (...) Article 2 The IFAB is the universal decision-making body for the Laws of the Game (LoG) of association football. Its objectives are to safeguard, compile and amend the LoG as they apply within the scope of world football as organised by FIFA which includes ensuring that the LoG are uniformly applied

normalmente visam tornar a modalidade mais atrativa para o público, mais competitiva, mais comercial. Assim, sem a participação dos desportistas, não se pode falar que as leis do jogo estejam relacionadas com a autonomia individual dos atletas ou com o seu direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Para que existisse uma mínima relação, ao menos potencial, seria necessária a participação efetiva dos desportistas na definição dessas regras, o que, de fato, não ocorre. Teria que haver alguma espécie de democracia no governo das entidades desportivas internacionais, com os desportistas exercendo uma espécie de cidadania, o que, efetivamente, não acontece. O governo do futebol é exercido quase exclusivamente por homens engravatados, que, há muito, não jogam futebol, se é que algum dia jogaram, cujos interesses estão voltados para a manutenção e o incremento das cifras astronômicas que cercam o desporto.

Contudo, a questão não é simples. Não se deve subestimar que, em determinados casos, a atuação das autoridades em defesa da saúde pública também pode gerar graves violações aos direitos fundamentais dos cidadãos, mais concretamente, seus direitos à liberdade<sup>156</sup>. A análise da pertinência do Estado intervir nas regras do jogo passa pela ponderação dos direitos fundamentais implicados, especialmente a relação hierárquica abstrata e o peso concreto dos bens e interesses envolvidos.

A vida e a saúde ocupam, sem dúvida, uma posição superior, em relação à liberdade de ação. Ainda assim, como explica Canaris, uma fraca ameaça à vida pode, em determinadas circunstâncias,

“... ter de ceder, em face de uma massiva limitação da liberdade pessoal (...), logicamente, um dever de protecção será tanto mais de reconhecer quanto

---

worldwide and monitored accordingly, and that organised football is practised consistently. According to the FIFA Statutes, only The IFAB may lay down and alter the LoG and each member of FIFA shall play association football in compliance with the LoG issued by The IFAB. (...) Article 4 - Membership - The association comprises the five founding members: the four British football associations (The Football Association, the Football Association of Wales, the Irish Football Association and the Scottish Football Association) and FIFA. Members of the association may only be legal persons. Any new members may only be accepted for vote at the AGM if: (i) the proposed member is a member association of FIFA; and (ii) the proposed member is seconded by another member association of FIFA. Applications shall be submitted to the AGM, which can only accept a member by a unanimous vote of the five founding members (each having one vote) with no abstentions. Any proposed members who are unanimously approved by the AGM must be ratified by the FIFA Congress prior to becoming a member.

<sup>156</sup> GOMES - Defesa da Saúde ..., pp. 14/15.

mais elevada for a posição hierárquica do bem tutelado, de tal forma que, no caso de uma ameaça à vida e à saúde, tal deve encontrar uma fundamentação mais fácil do que tratando-se de uma ameaça contra a liberdade ou a propriedade ...”<sup>157</sup>.

Ainda conforme o constitucionalista alemão, a relação hierárquica está intimamente ligada à natureza do respectivo bem jurídico:

“... a vida situa-se no plano mais elevado por constituir o substrato físico de toda a titularidade de direitos fundamentais; a saúde e a liberdade de circulação têm, em geral, prevalência em face da liberdade geral de acção, pois são, pela “natureza das coisas”, bastante mais sensíveis a intervenções do que esta última, a qual, em virtude da sua previsão normativa extremamente ampla, não só comporta restrições como as toma mais frequentemente necessárias, encontrando-se, além disso - diversamente daqueles outros bens - sujeita a uma interacção recíproca, e, com isso, carecida de limitação. De resto, porém, não se trata aqui da identificação - extremamente difícil nos seus detalhes - de uma ordem hierárquica como tal, mas, simplesmente, da verificação de que é, de todo, possível estabelecer regras abstractas de precedência, e de que estas podem assumir relevância na fundamentação argumentativa de deveres de protecção ... É aqui relevante, além disso, a possibilidade de auto-protecção do titular do direito fundamental atingido ...”<sup>158</sup>.

A possibilidade do titular do bem jurídico ameaçado exercer uma eficiente auto defesa estaria entre os critérios a serem sopesados na ponderação dos direitos envolvidos<sup>159</sup>. O critério da dependência do titular do direito fundamental em relação ao comportamento do outro sujeito de direito privado desempenharia também papel central nessa questão<sup>160</sup>.

---

<sup>157</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., pp. 112/113.

<sup>158</sup> Idem, p. 113.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>160</sup> Ibidem.

Pode o desportista profissional defender autonomamente sua segurança no trabalho quando o risco parte das leis do jogo? A resposta é negativa. É factualmente impossível o desportista profissional intervir na definição das regras do jogo desportivo. A única possibilidade que ele tem para se defender de regras lenientes com a sua segurança seria abandonar a profissão, preço que não se cobra a trabalhadores de nenhuma outra atividade, pois nelas o Estado interfere através de normas públicas para proteger o trabalhador.

A ameaça de perigo, a intensidade dessa ameaça, a dependência do titular do direito a outros sujeitos de direito privado, a natureza e a hierarquia do direito fundamental atingido e dos direitos contrapostos seriam outros critérios, à semelhança dos princípios, abertos a uma graduação e ponderação entre os direitos fundamentais contrapostos (segurança no trabalho e autonomia individual),

“... de tal forma que não se trata de critérios para soluções segundo o esquema “sim/não”, ou mesmo “ou/ou”, mas antes de proposições comparativas, com a estrutura “quanto mais e quanto mais forte, tanto mais”: quanto maior o nível do direito fundamental afectado, quanto mais severa a intervenção que se ameaça, quanto mais intenso o perigo, quanto menores as possibilidades do seu titular para uma eficiente auto-protecção, e quanto menor o peso dos direitos fundamentais e interesses contrapostos, tanto mais será de reconhecer um dever jurídico-constitucional de protecção...”<sup>161</sup>.

O direito à segurança no trabalho tem natureza coletiva. Interessa, indistintamente, a todos os trabalhadores, no caso, aos desportistas profissionais em geral. A feição coletiva do direito em questão é o que legitimaria uma eventual intervenção estatal. Seria questionável, por exemplo, se impor a um *desportista profissional autónomo*, não subordinado, o dever jurídico-constitucional de cuidar da própria saúde<sup>162</sup>.

O grau de autonomia do desportista pode ser o fator preponderante na determinação do cabimento da interferência estatal nas regras desportivas. Caso um nadador anuncie que pretende atravessar a nado a parte mais larga do Tejo em

---

<sup>161</sup> Ibidem.

<sup>162</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., p. 826.

pleno inverno, recebendo ou não alguma forma de remuneração, deveria o Estado o impedir em nome da proteção de sua saúde? Não parece haver dúvida de que a eventual intervenção numa situação como essa seria bem mais questionável do que impor regras de segurança para desportistas profissionais empregados por conta de outrem.

O artigo 64º da Constituição assegura um direito à saúde de cada pessoa ao mesmo tempo que impõe o dever ao Estado de defender a saúde e de a promover. Porém, como lembra Carla Amado Gomes, trata-se de um dever que “... tem como objecto a saúde pública, não a saúde privada; ou seja, o Estado impõe ao cidadão a obrigação de, por força de sua inserção na comunidade, tudo fazer para preservar o bom estado sanitário geral mas não lhe impõe a obrigação de se manter, a si próprio, de boa saúde ...”<sup>163</sup>. A assertiva está ancorada no

“... princípio de liberdade que enforma a matéria dos direitos, liberdades e garantias, e decorre directamente do princípio do respeito pela pessoa humana, pela salvaguarda da sua capacidade essencial de autodeterminação. O Estado defende o direito à saúde de cada um apenas negativamente, não positivamente, impondo-lhe um comportamento activo de preservação da sua saúde. Num Estado de Direito, o indivíduo — pelo menos aquele que estiver na plena posse das suas faculdades — não pode deixar de ser dono de si próprio assumindo, em liberdade, as responsabilidades da vida comunitária ... Só na medida em que o mau estado de saúde de alguém possa reflectir-se no estado sanitário comunitario e que o Estado pode intervir, impondo determinados comportamentos (ou abstenção deles) ao cidadão doente. Admitir o contrário seria desvirtuar o fundamento primeiro do nosso ordenamento jurídico constitucional, despojando o indivíduo, em nome de paternalismos que facilmente degeneram em autoritarismo, da sua mais elementar concretização de liberdade: o direito de opção ...”<sup>164</sup>.

Ao analisar a pertinência e adequação da legislação de proteção aos menores no futebol, Javier Rodríguez Ten observa um cuidado que deve estar

---

<sup>163</sup> GOMES - Defesa da Saúde ..., p. 22.

<sup>164</sup> Idem, pp. 22/24.

presente quando se pensa em proteger o desportista profissional por normas estatais:

“(...) La protección reforzada exige la existencia de una determinada necesidad que le dé cobertura, toda vez que “protección” implica “restricción” en la capacidad o autonomía (...)”<sup>165</sup>.

A observação do jurista espanhol remete a questões variadas. A primeira seria se a autonomia que está em jogo é a dos desportistas profissionais individualmente considerados ou, na realidade, seria a autonomia das entidades desportivas internacionais normatizarem o desporto, especialmente, estabelecerem as “leis do jogo”. Trata-se de uma autonomia quase absoluta, praticamente uma soberania. A distinção é importante porque, além dos sujeitos serem diferentes, os interesses em questão coincidem apenas em parte, basicamente no fato do sucesso econômico e social do desporto normalmente também trazer vantagens econômicas para desportistas e entidades. Contudo, em outros aspectos, haveria até mesmo certo antagonismo. Como exemplo, pode-se destacar que para o desportista profissional, como qualquer trabalhador, interessam regras que lhe permitam trabalhar por longo tempo, prolongando sua capacidade laborativa. Isso implica numa rotina de jogos menos extenuantes, com menor desgaste e menor risco de lesões que podem lhe afastar por longos períodos dos campos ou reduzir o valor do seu trabalho. Para as entidades desportivas, por outro lado, a longevidade da carreira do desportista não tem interesse central. Os jogadores seriam coletivamente considerados. O novo jogador que desponta como estrela substitui perfeitamente o jogador lesionado ou precocemente retirado. Considere-se, ainda, como já dito, que os desportistas profissionais pouco podem interferir na elaboração das normas do desporto. São empregados dos clubes, vivem do seu trabalho, submetem-se às regras que lhe são impostas.

---

<sup>165</sup> TEN - La protección del menor ..., p. 33.

### **3.5 – A reserva de jurisdição para as questões estritamente desportivas e a segurança no trabalho do desportista profissional**

A Lei de Bases do Desporto, na linha da autonomia do seu universo e com fundamento nas especificidades e na agilidade necessárias e peculiares às competições, estabelece que as chamadas questões estritamente desportivas não seriam susceptíveis de recurso fora das instâncias próprias do desporto. O conceito do que seriam “questões estritamente desportivas”, indispensável para a delimitação da competência da justiça desportiva, é definido pela própria lei e vem sendo moldado pela jurisprudência<sup>166</sup>:

#### **Artigo 18º**

##### **Justiça desportiva**

[...]

2 — Não são susceptíveis de recurso fora das instâncias competentes na ordem desportiva as decisões e deliberações sobre questões estritamente desportivas.

3 — São questões estritamente desportivas as que tenham por fundamento normas de natureza técnica ou de carácter disciplinar, enquanto questões emergentes da aplicação das leis do jogo, dos regulamentos e das regras de organização das respectivas competições.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, as decisões e deliberações disciplinares relativas a infracções à ética desportiva, no âmbito da violência, da dopagem, da corrupção, do racismo e da xenofobia não são matérias estritamente desportivas.

[...]

Por sua vez, a normatividade desportiva é tão ou mais abrangente que a lei estatal na busca de reservar para si a jurisdição relativa ao desporto. O artigo 59 do estatuto da FIFA, por exemplo, proíbe o recurso aos tribunais comuns, salvo previsão específica no seu próprio regulamento e impõe às suas associações

---

<sup>166</sup> Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro - Diário da República nº 11, Série I, de 16.01.2007.



filiadas que insiram nos seus estatutos cláusula semelhante<sup>167</sup>. A FPF segue a orientação<sup>168</sup>:

## RENÚNCIA DE JURISDIÇÃO

### Artigo Sexagésimo

UM - É vedado aos sócios ordinários da Federação Portuguesa de Futebol e demais agentes desportivos submeter à apreciação dos tribunais comuns as decisões e deliberações dos órgãos sociais e restantes comissões organizadas no âmbito da Federação Portuguesa de Futebol sobre questões estritamente desportivas, ou que tenham por fundamento a violação de normas de natureza técnica ou de disciplina desportiva.

DOIS - A Federação Portuguesa de Futebol, seus associados e agentes desportivos reconhecem e aceitam expressamente o disposto nos Estatutos da UEFA e da FIFA, em matéria de jurisdição desportiva e de compromisso arbitral.

A partir desses dispositivos, em matéria estritamente desportiva, de forma geral, os tribunais estaduais respeitam a autonomia dos sistemas desportivos e reconhecem a validade das decisões dos seus órgãos (“caso julgado desportivo”) mas revogam essas mesmas decisões quando violam direitos fundamentais ou constitucionais, princípios ou normas de ordem pública ou mesmo regras que pertençam à competência normativa do Estado em matéria desportiva<sup>169</sup>.

Uma apressada interpretação do artigo 18 da LDB poderia levar ao entendimento de que a conformação judicial das normas técnicas (leis do jogo) para aperfeiçoar a segurança no trabalho dos desportistas profissionais seria de competência da Justiça Desportiva. Contudo, não é esse o entendimento da doutrina e dos tribunais superiores para efeito da reserva de jurisdição desportiva.

---

<sup>167</sup> ESTATUTO DA FIFA . [Consult. 18 out. 2016]. Disponível em <<http://itabi.infonet.com.br>>.

<sup>168</sup> ESTATUTO DA FTP. [Consult. 22 jan. 2017]. Disponível em <<http://www.fpf.pt>>

<sup>169</sup> ALMEIDA - Os sistemas normativos ..., p. 298.

José Manuel Meirim observa a delicadeza da questão por conta do protagonismo dos direitos fundamentais no plano normativo constitucional português<sup>170</sup>:

“(…) Na verdade, do mesmo passo que se afirma (melhor dizendo, reafirma) a valência do direito de acesso aos tribunais e a uma tutela jurisdicional efectiva, como direitos fundamentais (art. 20º e 268º, nº 4, da Constituição da República Portuguesa), a lei vem criar uma reserva de competência aos órgãos federativos competentes relativamente a certas questões: as questões estritamente desportivas.

Quando o conflito aqui se localiza, os tribunais “perdem” protagonismo, devendo o litígio ser ultrapassado “entre paredes”.

Com esse modelo legal está descoberto o interesse em se saber quando estamos perante questão que mereça tal qualitativo.

Com efeito, situando-nos no domínio dos direitos fundamentais, as soluções legais que se sucederam no tempo, bem como as decisões dos tribunais, não podem deixar de ser objecto de leitura atenta (…)

A questão passa pelo entendimento de qual seria o universo adstrito ao mundo desportivo e infenso a intromissões estatais e, em decorrência, ao correto conceito de “questões estritamente desportivas” que, para Pedro Gonçalves, seriam “exclusivamente questões de natureza técnico-desportivas suscitadas pela aplicação das leis do jogo e da punição das infrações ao que nessas leis se dispõe”<sup>171</sup>.

Carlos Ferreira de Almeida<sup>172</sup>, por sua vez, entende que as questões estritamente desportivas dividem-se em diversas categorias, sendo as mais típicas e específicas as chamadas leis do jogo que

“...definem os requisitos materiais e pessoais do jogo, o seu desenvolvimento e o modo de apurar o resultado de um jogo ou de uma competição. São

---

<sup>170</sup> MEIRIM - As Questões ..., p. 814.

<sup>171</sup> GONÇALVES, Pedro - A “soberania limitada” das federações desportivas. Cadernos de Justiça Administrativa, nº 59. 2006, pp. 53 e ss.

<sup>172</sup> ALMEIDA - Os sistemas normativos ..., p. 287.

Regras técnicas; Umas são regras constitutivas, porque determinam apenas e por si os efeitos de uma prática; outras são normas de conduta, porque modelam os comportamentos devidos e os efeitos da sua infração ...”.

O Superior Tribunal Administrativo, através de seguidas decisões, vem delineando os conceitos de “questão estritamente desportiva” e “leis do jogo” para efeito da reserva de competência dos tribunais desportivos. Prevalece o entendimento de que decisões estritamente desportivas são, justamente, as atinentes às chamadas “leis do jogo” que seriam

“... o conjunto de regras que, relativamente a cada disciplina desportiva, tem por função definir os termos da confrontação desportiva traduzindo-se em regras técnico-desportivas que ordenam a conducta, as acções e omissões, dos desportistas nas actividades das suas modalidades e que, por isso, são de aplicação imediata no desenrolar das provas e competições desportivas ...”<sup>173</sup>.

O cuidado em resguardar os direitos fundamentais de qualquer exclusão do alcance da jurisdição estatal é recorrente nas decisões do STA como quando afirma que são estritamente desportivas as questões referentes à aplicação de normas técnicas e disciplinares respeitantes à lei do jogo

*“... desde que tais normas não versem sobre direitos indisponíveis, não afectem direitos fundamentais (e que) todos os casos constantes da exclusão dizem respeito a direitos indisponíveis cuja subordinação à jurisdição estadual deve ser sempre garantido ...”*<sup>174</sup>.

Abordando explicitamente a violência endógena desportiva, o ACTAS, de 16 de outubro de 2008, dispõe que não são matérias estritamente desportivas “as decisões e deliberações disciplinares relativas a infrações a ética desportiva, no

---

<sup>173</sup> Processos nº 0262/06 e nº 0295/10, cit. por MEIRIM - As Questões ..., p. 835.

<sup>174</sup> Processo nº 0120/08, 2ª Seção do Contencioso Administrativo, cit. por MEIRIM - As Questões ..., p. 818.

âmbito da violência, da dopagem, da corrupção, do racismo e da xenofobia”<sup>175</sup>. Comentando o excerto da referida decisão, Meirim explica que

“... A violência que aqui se fala é a praticada por intervenientes no jogo – sujeitos ao poder disciplinar público – e que desvirtua ou pode potencialmente desvirtuar as próprias “leis do jogo”<sup>176</sup>.

O que resulta da análise do conjunto de decisões dos tribunais administrativos é que, sendo o acesso à jurisdição estatal um direito fundamental, a interpretação do que seriam “questões estritamente desportivas” deve ser restritiva<sup>177</sup> e consentânea com o padrão de direitos, liberdade e garantias, ou seja, de dignidade que conquistamos<sup>178</sup>. Isso também retira dos tribunais desportivos a competência para apreciarem as eventuais conformações necessárias nas regras técnicas/leis do jogo, visando a proteção da segurança no trabalho dos desportistas profissionais, pois, como analisado mais detidamente no item 3.2, a segurança no trabalho constitui-se entre os principais direitos fundamentais dos trabalhadores<sup>179</sup>.

### **3.6 – O internacionalismo das normas técnicas do desporto**

#### **3.6.1 – Natureza**

Apesar das normas desportivas do Comitê Olímpico Internacional, FIFA e outras entidades internacionais que controlam as modalidades desportivas terem, cada vez mais, significativa importância para a sociedade, juristas, como Paulo Otero, consideram-nas como mero “fato que os Estados optam por reconhecer”<sup>180</sup>. O grande constitucionalista português entende que a forma de criação dessas

---

<sup>175</sup> Processo nº 04293/2008, 2º Juízo do Contencioso Administrativo, cit. por MEIRIM - As Questões..., p. 828.

<sup>176</sup> Idem, p. 829.

<sup>177</sup> Processo nº 0527/09, 1 Subseção de Contencioso Administrativo, cit. por MEIRIM - As Questões ..., p. 835.

<sup>178</sup> MEIRIM - As Questões ..., p. 835.

<sup>179</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., pp. 768/773.

<sup>180</sup> OTERO - Legalidade e ..., p. 604.

normas, processadas à margem dos Estados, não permite que sejam recepcionadas com força de lei pela Constituição:

“... É o que sucede, por exemplo, com a disciplina internacional das competições desportivas que, baseada em razões práticas decorrentes da própria viabilidade de realização das competições, tem de obedecer a normas aplicáveis em termos mundiais, registrando-se aqui um fenómeno de auto-limitação do Estado, uma vez que, apesar de ser teoricamente possível a cada Estado emanar regras próprias sobre a matéria, o certo é que a regulamentação internacional desportiva se configura como um "facto necessário" ...sem embargo de tais normas poderem gozar de natureza jurídica no "mundo" que as gerou, nunca está excluído que o Estado exerça um poder jurídico de repulsa, recusando aceitar essa normatividade. Porém, se a aceitar, uma vez que ela passa a valer como mero facto no seu ordenamento jurídico interno, não há que discutir o seu posicionamento hierárquico-administrativo ...”<sup>181</sup>.

Os Estados, mesmo recebendo as normas internacionais desportivas como “mero facto”, utilizam-nas para organizar e desenvolver seu sistema legal quando, por exemplo, determinam que “... a organização e o desenvolvimento das atividades desportivas nacionais se processem em harmonia com tais regras internacionais ... (ou reconhecem que) ... a esfera funcional de intervenção decisória do Comité Olímpico de Portugal seja moldada pela Carta Olímpica Internacional ...”<sup>182</sup>. O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa atenta que as normas técnicas e éticas do desporto produzem efeitos sobre a legislação estatal e seriam, assim, “juridificadas” como, por exemplo:

- (a) A obrigação legal da Liga Profissional de Clubes organizar e regular as competições profissionais em consonância com as regras técnicas;
- (b) A exigência de que os jogos sejam disputados de harmonia com as "leis do jogo" da FIFA;

---

<sup>181</sup> Idem, pp. 604/605.

<sup>182</sup> Ibidem, p.778.

- (c) O poder disciplinar das federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva sancionarem a violação das regras de jogo ou da competição;
- (d) A imposição expressa pela lei do respeito pelos princípios da ética desportiva no desenvolvimento da prática do desporto.

“... Observa-se aqui, em síntese, que um conjunto materialmente diversificado de normas desportivas provenientes de organizações internacionais não governamentais é tomado, segundo expressa imposição legal, como referencial normativo de actuação administrativa : a Administração Pública, designadamente através das federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva converte-se em instrumento de execução e garantia de aplicação das normas desportivas "internacionais", desenvolvendo neste domínio faculdades regulamentares e disciplinares ...”

183.

O problema do déficit de legitimidade e, por consequência, da própria validade de normas construídas sem atendimento aos princípios democráticos, fora do ambiente regulado pelas constituições e leis dos Estados, como é o caso das emanadas pelas entidades desportivas internacionais, também é identificado pelo professor Antônio Manuel Hespanha<sup>184</sup>.

Para Freitas do Amaral, por outro lado, a origem das normas desportivas não seria o distintivo apto a definir sua natureza. Mais importante seria que as entidades desportivas, efetivamente, exercem prerrogativas de autoridade, praticam atos administrativos, emanam regulamentos sujeitos à impugnação contenciosa. Enfim, exercem funções públicas autorregulando o desporto, permitindo que se possa dizer que, de fato, integrariam a Administração Pública:

---

<sup>183</sup> OTERO - Legalidade e ..., p. 604, pp. 778/779.

<sup>184</sup> O professor Antônio Manuel Hespanha atenta “...que os próprios juristas parecem tendentes a procurar o “direito autêntico” em, por exemplo, normas estabelecidas por organizações representativas de um setor específico, como a “auto-regulamentação” desportiva. Para o autor, inclusive, essas normas fazem parte de um complexo de normas fruto de vastos centros de criação do direito, os quais são reconhecidos como tal pelos próprios tribunais estatais ...”, Hespanha, Antônio Manuel, 2013, p.141, cit. por PERALTA PRADO, Daniel – Normas Desportivas Internacionais e Ordenamento Jurídico Desportivo Global. Curitiba. 2015).

“Nesse sentido, a aplicação de normas desportivas provenientes de organizações internacionais não governamentais pelas federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva, revelando a actual diversidade do conteúdo material da legalidade administrativa, permite, num momento subsequente, atendendo a que a actuação destas federações se encontra sujeita a controlo estadual, recortar um segundo nível de relevância operativa intra-administrativa da conformidade applicativa de tais normas desportivas” <sup>185</sup>.

Para o professor da Universidade Nova de Lisboa, o direito produzido pelas federações desportivas internacionais seria uma espécie de direito “supraestadual”, um ramo do direito constituído pelo sistema de normas jurídicas - internacionais e nacionais, públicas e privadas, estaduais e não-estaduais - que regulam as atividades desportivas, bem como o seu condicionamento e fiscalização por organismos privados e pelo Estado<sup>186</sup>.

Canotilho e Moreira<sup>187</sup>, por sua vez, quanto ao enquadramento constitucional das normas desportivas, identificam as seguintes características no que denominam de “autodisciplina desportiva”:

- (a) poder de criar normas que vinculam entidades e desportistas;
- (b) poderes disciplinares sobre as infracções regulamentares;
- (c) relativa imunidade a jurisdição estatal no que se denomina de “vínculo de justiça” traduzido pela proibição dos desportistas recorrerem aos órgãos jurisdicionais do Estado antes da apreciação das questões pelos órgãos próprios de justiça desportiva.

Os constitucionalistas salvaguardam, contudo, *qualquer reserva de jurisdição* em relação aos *direitos fundamentais*, como não poderia deixar de ser, pelos motivos que foram apresentados no primeiro tópico deste capítulo. Observam que

---

<sup>185</sup> AMARAL, Diogo Freitas Do - Manual de Introdução ao Direito - Vol. I. Coimbra: Almedina, 2012, p. 173.

<sup>186</sup> Idem, p. 87.

<sup>187</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., p. 935.

o grande protagonismo normativo das entidades desportivas seria fruto de dois fatores principais. Em primeiro lugar, a resistência do próprio Estado em diretamente organizar, regular e supervisionar o desporto, optando pela delegação dessas funções através do reconhecimento oficial das federações desportivas que se mantêm como entidades privadas, mas com poderes regulamentares e sancionatórios

“... num típico fenómeno de exercício de poderes públicos por entidades privadas e de "auto-administração delegada" e, em segundo lugar, a própria arrogância das entidades desportivas que tentam manter a competência exclusiva nessa matéria”<sup>188</sup>.

Contudo, o próprio sucesso e a consequente expansão do desporto por todas as áreas e também por conta de algumas decisões dos organismos internacionais, como do Tribunal de Justiça da União Europeia no famoso “caso Bosman”<sup>189</sup>, vão abrindo brechas nessa pretensa hegemonia normativa em um fenómeno de “desvitalização do poder desportivo autónomo”<sup>190</sup> sem que se tenha razões, entretanto, para se acreditar que chegaremos ao monismo estatal<sup>191</sup>. Canotilho entende que o caso Bosman foi uma natural consequência da evolução do desporto nos últimos tempos, sinal inexorável da iminente perda pelas entidades desportivas da prerrogativa de conformarem com exclusividade seus estatutos e regras tendo em conta apenas interesses estritamente desportivos. Os tentáculos do desporto profissional moderno lançam-se cada vez mais por diversas áreas das atividades humanas, como finanças, propaganda, educação, saúde etc., o que significa, nada mais, que a expressão da sua crescente relevância económica. O "dinheiro no

---

<sup>188</sup> Idem.

A obstinação das entidades desportivas em sustentar sua exclusividade na regulação do desporto e, principalmente os argumentos que utilizam nesse sentido fazem lembrar a mãe que não quer ver os filhos saindo “debaixo das suas asas” ou, pior, também lembram o medo de se perder a “a galinha dos ovos de ouro”.

<sup>189</sup> Jean-Marc Bosman, futebolista belga, ingressou com ação no Tribunal de Justiça da União Europeia alegando que teria sido prejudicado pelas regras de transferência da federação belga e da UEFA-FIFA. A ação foi julgada procedente, levando a serem abolidas as restrições para transferências dos jogadores comunitários.

<sup>190</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes - Internormatividade Desportiva e *Homus Sportivus*. Em *Direito do Desporto Profissional - Contributos de um Curso de Pós-Graduação*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 17.

<sup>191</sup> Idem.



desporto" é, justamente, um dos principais fatores que põem em causa a autonomia desportiva que se vai perdendo “entre o mercado e o Estado”<sup>192</sup>:

“Ao evoluir para uma actividade sócio-económica, o desporto acaba por originar novos e importantes momentos de tensão com os ordenamentos estatais e transnacionais. Numa linguagem tipicamente económico-global, o lugar do direito do desporto é determinado pela economia do desporto. O direito criminal, o direito dos contratos, o direito das obrigações e da responsabilidade, o direito público, o direito da propriedade, o direito societário, o direito fiscal, o direito dos direitos fundamentais, o direito europeu, são aplicados nos diversos contextos desportivos envolvendo temas e problemas tão diversos como os de ordem pública, drogas e medicamentos, saúde pública, dispositivos de segurança, medidas disciplinares, concorrência, comportamentos anticoncorrenciais, exploração comercial. Acresce que, o desporto passou a estar subordinado à hierarquia dos tempos televisivos e a hierarquia das várias modalidades desportivas é determinada pela sua capacidade de *prime-time*. A “economicização” do desporto parece legitimar o fenómeno de “pressão alta” exercida sobre ele pelos Estados e pelas organizações transnacionais. Não é ainda possível retirar qualquer conclusão definitiva sobre a evolução dos esquemas internormativos. Em certos casos, a relevância económica do fenómeno desportivo parece favorecer a tendência contrária à autonomia e separação do ordenamento desportivo. Noutros casos, parece que as relações interordenamentais evoluem no sentido de novos equilíbrios derivados da necessidade de o desporto estar em contacto com vários âmbitos de regulação jurídica”<sup>193</sup>.

As decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia<sup>194</sup> revelam que o conceito de exceção desportiva tem sido tratado com restrição cada vez maior sem, no entanto, desconsiderar-se por completo as especificidades da atividade. A

---

<sup>192</sup> Ibidem, pp. 20/21.

<sup>193</sup> CANOTILHO - Internormatividade ..., pp. 20/21.

<sup>194</sup> Também no caso Meca-Medina.

“isenção geral” defendida pelas entidades desportivas parece ir tomando lugar em uma estante da história<sup>195</sup>.

### **3.6.2 – Pluralismo jurídico**

Há duas formas básicas dos sistemas jurídicos relacionarem-se com a normatividade desportiva: A primeira, seria reconhecendo as normas das entidades desportivas apenas como a expressão da autonomia privada concedida e admitida pelo Estado, cujos tribunais teriam competência ilimitada para apreciar os litígios desportivos (teoria monista ou estatal) ou, numa segunda forma, como se dá no caso português, com a autonomia que se sobressai pelos próprios méritos e características do universo jurídico desportivo, especialmente considerando sua plurissubjetividade, normatividade e organização (teoria pluralista ou da autorregulação). Essa segunda forma de relação reconhece que os sistemas desportivos dispõem de todos os elementos de um sistema jurídico completo como normatividade, organização, estrutura institucional para julgamentos e comunidades que aplicam e obedecem suas normas<sup>196</sup>.

A normatividade desportiva é, atualmente, o principal objeto da forma de organização do direito que se conhece por “pluralismo jurídico”. Talvez em nenhuma outra atividade humana a convivência de ordens privada e estatal seja tão acentuada. Nascida no campo privado, a regulação desportiva caminhou para a realidade atual em que se observa uma verdadeira competição por espaços normativos entre Estado e entidades privadas. A mudança deveu-se, em grande parte, ao deslocamento do desporto de fenómeno situado especialmente no campo do lazer e da cultura para o da economia.

Se bem que, a rigor, há dúvidas se pode-se falar aqui de pluralismo jurídico ou normativo. Para Carlos Ferreira de Almeida, o pluralismo só existe quando “normas pertencentes a planos normativos diferentes resolvem de modo diferente a mesma questão para a qual se julgam competentes”. O pluralismo deve implicar, necessariamente, o conflito potencial de normas o que, por enquanto, ainda não

---

<sup>195</sup> Idem, p. 25.

<sup>196</sup> ALMEIDA - Os sistemas normativos ..., pp. 285/286.

ocorre entre a normatividade desportiva e a estadual, cada uma *jogando no seu próprio campo* apesar do avanço crescente do Estado em áreas tidas antes como exclusivamente desportivas<sup>197</sup>.

Esse avanço vem encontrando forte resistência por parte das entidades desportivas, que vêm tentando minimizar ou negar o histórico monopólio do Estado na criação de normas jurídicas. Buscam, assim, priorizar o papel “... de outras formas de regulamentação, geradas por instâncias, corpos intermediários ou organizações sociais providas de certo grau de autonomia e identidade própria...”<sup>198</sup>, como elas próprias. Justificam sua resistência, também, nas características peculiares em que as competições se desenvolvem, com calendários organizados para atender interesses entrecruzados de anunciantes e de outras competições simultâneas ao redor do mundo, até as exigências de alto rendimento que levam os organismos dos atletas a terem que se adaptar a condições extremas em que se busca criar uma realidade alternativa ao quotidiano demasiado previsível. O direito do mundo desportivo não tem como deixar de refletir, de certa forma, a autonomia do seu espaço, a rapidez da sua temporalidade e o carácter privado do seu mundo<sup>199</sup>.

Outro argumento largamente utilizado pela normatividade desportiva para se legitimar é o tempo. Além do próprio jogo sempre ser contra o relógio, as decisões jurídico-desportivas não admitem postergação sobre pena das competições se inviabilizarem. As decisões dos árbitros do desporto precisam ser imediatas. É no instante seguinte à jogada que é preciso se determinar se houve falta, se é o caso de se aplicar a sanção. Também os recursos aos órgãos disciplinares precisam ser decididos rapidamente, muitas vezes antes da próxima partida. A suspensão de um jogador ou a penalização de uma equipe pode alterar radicalmente a dinâmica de todo o campeonato. As carreiras profissionais desportivas são extremamente desgastantes e de curta duração. Assim, a morosidade comum na justiça do Estado, se transposta para o desporto, poderia comprometer fortemente a carreira dos desportistas profissionais<sup>200</sup>.

---

<sup>197</sup> Idem pp. 292 e ss.

<sup>198</sup> WOLKMER, Antônio Carlos, 2006, p. 637, cit. por PERALTA PRADO – Normas desportivas ...

<sup>199</sup> NOLASCO, Carlos - O Caracter Pluralista do Direito do Desporto. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. 2001, p. 153.

<sup>200</sup> Idem.

A realidade é que, nesse momento, Estado e atores desportivos ainda se confrontam pela posse do direito do desporto: por um lado, as entidades internacionais desportivas afirmando que o direito do desporto é seu e que, por isso, este teria natureza iminentemente privada, e, de outro, o Estado, buscando integrar o espaço desportivo à sua normatividade e querendo fazer do direito do desporto mais um ramo do seu direito. Para Nolasco esse seria “o eterno confronto entre o domínio público e o privado, difícil de resolver, pois como afirma Emile Durkheim, “todo o direito é privado no sentido em que são sempre e por todo o lado os indivíduos que se encontram em presença e que agem; mas principalmente todo o direito é público, no sentido em que ele é uma função social e que todos os indivíduos são, embora a diversos títulos, funcionários da sociedade”<sup>201</sup>. Nessa disputa de espaço Jean-Pierre Karaquillo<sup>202</sup> afirma que o direito do desporto “...não pode ser concebido como um bloco unitário, possuindo as suas raízes numa única fonte. Revela um pluralismo de ordens jurídicas privadas e públicas. Em suma, o direito do desporto não repousa, nem exclusivamente sobre um “sistema privado”, nem exclusivamente sobre um “sistema estatal”. Michel Hourcade, por sua vez, percebe na dualidade de fontes normativas a grande particularidade do direito do desporto, e nesse sentido define-o como sendo “um desporto em competição, opondo dois espaços institucionais e dois corpos de regras sem árbitros reconhecidos”<sup>203</sup>.

Não se trata aqui, como se vê, de um pluralismo simples. Não é o caso apenas da existência de mais de um plano normativo ou de direitos concorrentes entre colonizador e colonizado, como ocorre no pluralismo jurídico dos Estados africanos, em que os costumes e a lei escrita convivem lado a lado. Trata-se do pluralismo resultante de um campo social semiautônomo, “no qual os indivíduos não obedecem somente a uma das ordens, mas se guiam pelas normas do direito oficial e pelas normas do campo social a que pertencem ou onde actuam”<sup>204</sup>.

A soberania do espaço desportivo é então disputada numa zona híbrida e complexa, em que, para além das normas de cada um dos contendores, se jogam

---

<sup>201</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>202</sup> Cit. por NOLASCO, Carlos – Entre a Técnica da Força e a Força da Técnica. A Competição Jurídica pelo Espaço Desportivo. Em Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.) - Livro de atas do 4º Congresso Português de Sociologia.

<sup>203</sup> Cit. por NOLASCO - O Caracter Pluralista ....

<sup>204</sup> Sally Falk Moore, cit. por NOLASCO, Carlos - O Caracter Pluralista ...

muitas prepotências originadas na soberania do Estado ou na arrogância do poder que o desporto tem nas sociedades contemporâneas<sup>205</sup>.

Tentando facilitar o entendimento desse difícil pluralismo, Nolasco recorre à ideia de “densidades normativas”<sup>206</sup>. As regras do jogo teriam a autonomia das entidades desportivas no seu estado puro, portanto, com densidade máxima. Por outro lado, com mínima densidade desportiva, estariam as suas implicações culturais, econômicas ou políticas:

“... Se quando o desporto acontece na sua máxima densidade, o direito do Estado se julga incompetente em razão da matéria em causa, considerando as normas desportivas como legítimas para a regulação das relações aí suscitadas, quando o desporto acontece na sua densidade mínima, é a vez de o direito suscitado pelo associativismo desportivo se considerar incompetente e reconhecer maior legitimidade ao direito do Estado para regular essas relações sociais. Contudo, esta relação não é pacífica, na medida em que quer o direito de origem privada, quer o direito do domínio público têm inevitavelmente implicações em ambos os lados desta trama ...”<sup>207</sup>.

No entanto, a doutrina jurídica ainda vacila quanto à existência de espaços exclusivos de autonomia normativa para as entidades desportivas, especialmente no que se refere às chamadas “regras do jogo”. Canotilho afirma que as normas técnicas do desporto, as chamadas “regras do jogo”, numa classificação entre público e privado, seriam normas exclusivamente desportivas, ou seja, com origem na esfera exclusiva da autonomia das entidades desportivas<sup>208</sup>. Para Carlos Nolasco, o Estado não teria vocação ou autoridade para intervir, por exemplo, nas regras do boxe ou do automobilismo<sup>209</sup>, opinião que, a princípio, parece partilhar Eduardo Gamero Casado quando diz que as chamadas “regras do jogo” seriam de natureza estritamente privada<sup>210</sup>. Mas, logo a seguir, o jurista espanhol lança nova

---

<sup>205</sup> Idem, p. 157.

<sup>206</sup> Ibidem, pp. 155/157.

<sup>207</sup> Ibidem, pp. 155/157.

<sup>208</sup> CANOTILHO - Internormatividade ..., p. 14.

<sup>209</sup> NOLASCO, Carlos - O Caracter Pluralista ..., pp. 160/162.

<sup>210</sup> CASADO - Bases Estructurales ..., pp. 57/58.

visão com severa crítica ao argumento histórico das entidades desportivas pelo seu alheamento ao controle estatal:

“... La especificidad del deporte es un argumento invocado históricamente para explicar muchas de las particularidades que se observan en su ordenación jurídica. En efecto, se afirma generalizadamente que el deporte es expresión de una actividad que presenta unas características propias, las cuales justifican e incluso exigen un tratamiento jurídico diferenciado, una serie de excepciones y exoneraciones respecto de los requisitos y exigencias que se aplican a otras actividades. Esta línea de argumentación, tradicionalmente esgrimida desde las organizaciones deportivas para obtener beneficios o para justificar ciertas prácticas del sector deportivo, ha llegado a recibir respaldo específico en documentos y actuaciones de los poderes públicos (..) La especificidad del deporte es indudable, y resulta preciso reconocerla y articular las necesarias adaptaciones del ordenamiento jurídico para lograr una regulación idónea de esta actividad que no le lleve a perder tales señas de identidad y a preservar su ámbito de autonomía. Pero la especificidad del deporte no puede ser utilizada como una patente de corso, como una cláusula que permita desplazar o excepcionar la aplicación del ordenamiento jurídico, o como una forma de evitar la intervención de los poderes públicos en el normal desarrollo de las actividades deportivas.

“... En efecto, la especificidad del deporte puede dar lugar a la tentación de erigirlo en un mundo cerrado y aparte, inmune o refractario a la intervención pública y desprovisto de las garantías jurídicas consustanciales a un Estado de Derecho. En este sentido, se ha reprochado un cierto «complejo de isla» del sector deportivo, y un uso utilitarista del sistema jurídico, expresándolo en los siguientes términos: «El movimiento deportivo muestra una tendencia a tomar del Derecho sólo aquello que le sirve (interés general, servicio público y prerrogativas que les son inherentes), rechazando simultáneamente lo que le puede constreñir (respeto a reglas internacionales, principios generales del Derecho Y reglas de procedimiento)» (GROS y VERKIND) (...) En efecto, «definir al deporte como ordenanziento técnico no es más sensato que definir igualmente a la cirugía o a la navegación espacial: nadie discute

que en el deporte no existan reglas técnicas, sino que no son ni más ni menos que las que se dan en cualquier otra actividad humana» (Luso). En la misma línea se ha dicho: «El deporte no aparece como tal en ninguna norma procesal en nuestro país, como tampoco en la mayoría de los demás países. Por consiguiente, no hay ningún motivo para que el deporte sea tratado de distinto modo que otras materias sometidas a los tribunales, como el comercio o el trabajo» (SILENCE)<sup>211</sup> ...”

João Leal Amado, por outro lado, percebe um acanhamento das demais áreas do saber em relação ao desporto. Parafraseando Gomes Canotilho, salienta a necessidade de, cada vez mais, economistas, psicólogos, sociólogos e filósofos debruçarem-se sobre os diversos aspectos e repercussões do desporto passando a “jogar seriamente o ‘jogo’ do direito desportivo”<sup>212</sup>. Pedro Gonçalves também vê a existência de um *interesse geral* e uma *relevância social* marcantes no desporto capazes de justificar a ingerência pública que não deveria se limitar ao fomento e promoção, mas também alcançar sua organização e regulação. A identificação da conexão desporto/interesse público abriria “a porta a concepção (tipicamente francesa) do desporto como *serviço público administrativo* e a uma lógica de verdadeira simbiose ou interação entre direito desportivo e direito do estado...”<sup>213</sup>.

Carlos Ferreira de Almeida<sup>214</sup> observa que, na atualidade, os direitos estaduais e os ordenamentos desportivos se olham de soslaio, ora em uma relação de paridade, noutras de subordinação, havendo múltiplas e complementares razões para a existência de áreas de superposição e de forte conflito. Algumas delas seriam: a) a estrutura complexa e abrangente dos sistemas normativos desportivos dotados de normas e órgãos próprios e similares aos administrativos, legislativos e judiciais do Estado, além de fortemente hierarquizados; b) o relevo social do desporto “que atrai emoções e paixões individuais e coletivas, espetáculo, interesses econômicos, regionais e políticos”; c) a crescente presença do Estado em áreas também reguladas pelas normas desportivas por conta de interesses

<sup>211</sup> CASADO - Bases Estructurales ..., pp. 61/63.

<sup>212</sup> AMADO, João Leal - Vinculação versus Liberdade. Coimbra : Coimbra Editora, 2002, p. 16.

<sup>213</sup> GONÇALVES, Pedro - Entidades Privadas com Poderes Políticos - O Exercício de Poderes Públicos de Autoridade por Entidades Privadas com Funções Administrativas. Coimbra: Almedina, 2005, p. 842.

<sup>214</sup> ALMEIDA - Os sistemas normativos ..., pp. 295 e ss.

laborais, dopagem, circulação de pessoas e capitais, dentre outros; d) uma crescente compreensão de que o Estado não deve ficar de fora de questão social dessa magnitude. No entanto, o ilustre jurista entende que

“Há zonas normativas de clara separação e respeito recíproco. Nem os direitos estaduais manifestam a pretensão de fixar as regras do jogo desportivo, nem as instâncias desportivas põem em causa os poderes do Estado em matérias como o direito penal, a incidência fiscal, a lei da nacionalidade ou a regulação das apostas desportivas. Nestas áreas, mesmo que haja interesses tanto políticos como desportivos, as duas esferas podem influenciar-se mais não se atropelam. Os tribunais do Estado distinguem bem o que é falta técnica do que é crime”.

Na busca de valorizar a segurança no trabalho dos desportistas profissionais, tenta-se, justamente, desafiar a “clara separação” entre as zonas normativas desportiva e estatal. O objetivo seria embaralhar um pouco mais as coisas, buscando demonstrar que as leis do jogo podem também serem apreciadas e alteradas pelo Estado no exercício do seu dever de proteção aos direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais são transversais a todas as áreas. Por mais que as leis do jogo expressem um dos últimos refúgios da autonomia individual, nos chamados Estados Sociais, não devem se constituir numa ilha isolada e infensa aos valores que emanam do reconhecimento da dignidade humana.

Contudo, voltando ao discutido no ponto 3.4, deve-se observar que uma certa autonomia no direito do desporto é essencial para a eficácia plena do direito fundamental ao desenvolvimento da personalidade. A própria Constituição da República Portuguesa assim o reconhece. Também se deve ter em conta que as normas desportivas contemplam regras de diversas naturezas. Talvez seja necessário “dissecar” as normas técnicas desportivas e encontrar nelas o que seria essencial ao “jogo” e que deve ficar sob o controle exclusivo das entidades desportivas, e o que, apesar de fazer parte do que atualmente se entende por “leis do jogo”, poderia ser escrutinado e conformado pelo Estado em prol da segurança



no trabalho dos desportistas profissionais sem descaracterizar ou prejudicar significativamente o desenvolvimento da modalidade.

Observe-se que o artigo 79, nº 2, da Constituição Portuguesa, ao dispor sobre a promoção da cultura física e do desporto, estabelece um modelo de colaboração entre o Estado, escolas, associações e coletividades desportivas com estruturas autónomas para o desporto (independentemente de se saber qual o carácter - público ou privado - das associações e federações desportivas) não se permitindo concluir que poderia haver no plano jurídico-constitucional um “desporto do Estado”<sup>215</sup>. Como afirma José Manuel Meirim, reconhecer a “forte tonalidade de interesse público” do desporto não significa dizer que ele deva ser estatizado, pois o próprio texto constitucional a isso se oporia ao expressamente apontar para o modelo colaborativo (nº 2 do artigo 79º)<sup>216</sup>.

Nesse contexto, as organizações desportivas, independentes da vontade do Estado, pelas suas variadas instâncias, desenvolveram um conjunto de normas adaptadas às suas necessidades. A estrutura normativa é piramidal e fortemente hierarquizada, com vários degraus de regulação desde a instância global até a local. No futebol, por exemplo, tem-se a *Federation Internationale de Football Association* - FIFA - no ápice do sistema jurídico e os jogadores profissionais como sujeitos últimos de aplicação das normas. A organização futebolística internacional é uma entidade exclusivamente privada com poder universal. Em cada Estado associa uma federação nacional que fica encarregada de velar pelas regras do esporte que tem sua prática oficial condicionada às suas políticas desportivas e aos seus valores e princípios<sup>217</sup>. Nas palavras de Conceição Gomes:

“... estamos assim perante um direito com carácter autónomo, estanque, monopolista que pune todos aqueles que recorrem a outras jurisdições. Situado fora do direito oficial, convive com ele, quer recorrendo a fórmulas semelhantes quer aplicando subsidiariamente ou mesmo directamente as suas normas. Privilegia uma visão institucional e organizacional, caracteriza-se por uma tecnologia conceitual, profissionalização e burocratização da

---

<sup>215</sup> CANOTILHO e MOREIRA – Constituição ..., p. 934/935.

<sup>216</sup> MEIRIM, José Manuel - Temas de Direito do Desporto. Coimbra: Coimbra Editora, 2006, p. 314.

<sup>217</sup> NOLASCO - O Caracter Pluralista ...

função jurídica que assentam num conjunto de regras e princípios escritos não entendidos e não assimiláveis por todos os elementos da comunidade...”<sup>218</sup>.

Observe-se, nesse caso, uma resistência ao pluralismo jurídico não por parte do Estado, como sempre fora tradicional na sua tentativa de ser o único centro de poder e soberania, mas por parte das próprias entidades privadas, que, pelo acúmulo de forças ao longo do processo de protagonismo do esporte na sociedade contemporânea, buscam a exclusividade como irradiadores de normas para sua atividade.

Se antes o monismo jurídico era cria do Estado, pela positividade formal das suas normas e a pretensa exclusão de outras ordens normativas, na tentativa de exclusividade na regulação dos espaços sociais, tem-se, agora, por outro lado, a busca de imposição de um verdadeiro *monismo jurídico desportivo* pelas entidades associativas de natureza privada que organizam o desporto. O universo desportivo, como acentua Nolasco, “cioso da sua independência, e baseando-se em argumentos que estão directamente relacionados com a prática desportiva, não tolera intromissões de outras normatividades, punindo até, de forma drástica, quem recorra a outras jurisdições”<sup>219</sup>.

O caso desportivo é paradigmático para a compreensão de como o Estado nas sociedades democráticas contemporâneas tem que lutar para legitimar sua força no Direito. Não se trata mais de *dizer “manda quem pode, obedece quem tem juízo”*<sup>220</sup>. Na sociedade do pluralismo jurídico é a força do argumento que legitima a conquista de espaços normativos. Por um lado, as entidades desportivas afirmam que o direito é seu. Do outro, o Estado tenta integrar o espaço desportivo na sua esfera de normatividade de forma a que o desporto seja apenas mais um ramo do direito. Tem-se, mais uma vez, o confronto entre o domínio público e o privado, já que, como diz Durkheim, “todo o direito é privado no sentido em que são sempre e por todo o lado os indivíduos que se encontram em presença e que agem; mas principalmente todo o direito é público, no sentido em que ele é uma função social

---

<sup>218</sup> cit. por NOLASCO - O Caracter Pluralista ...

<sup>219</sup> Idem, p. 6.

<sup>220</sup> Expressão popular no Brasil.

e que todos os indivíduos são, embora a diversos títulos, funcionários da sociedade”<sup>221</sup>.

### 3.6.3 – O desafio

A Suíça é a casa das principais instituições desportivas internacionais. O futebol moderno, que se pode entender oficialmente criado em 1848 quando numa conferência em Cambridge, Inglaterra, estabeleceu-se o primeiro código unificado com suas regras<sup>222</sup> teve sua entidade máxima, a FIFA, fundada em 1904 em Paris, transferida alguns anos depois para Zurique. O Comitê Olímpico Internacional – COI – por escolha pessoal do Barão de Coubertin, escolheu estabelecer-se em Lausana onde permanece desde 1915<sup>223</sup>. Na Confederação Helvética também estão as federações internacionais de volleyball (Lausana)<sup>224</sup>, basketball (Mies)<sup>225</sup> e natação (Lausana)<sup>226</sup>. Algumas exceções são o rugby (Dublin), tênis (Londres) e atletismo (Mônaco). A concentração das entidades desportivas internacionais na Suíça deve-se à sua centralidade geográfica, neutralidade política e, especialmente, *fiscalidade favorável*<sup>227</sup>. As entidades constituem-se como associações sem fins lucrativos, seus estatutos obedecem a legislação do país sede e estão sujeitas à jurisdição, predominante, pela sua localização, ao direito suíço<sup>228</sup>.

Os efeitos das normas emanadas a partir das sedes das entidades desportivas internacionais alcançam todo o planeta. Talvez nenhuma outra atividade humana se internacionalizou com tamanha força. A FIFA tem atualmente

---

<sup>221</sup> cit. por NOLASCO - O Caracter Pluralista ...

<sup>222</sup> MURRAY, Bill - Uma História do Futebol. São Paulo : Editora Hedra, 2000.

<sup>223</sup> Suíça é a casa das instituições desportivas - PÚBLICO. 2009).

<sup>224</sup> FIVB - [Em linha], atual. 2017. [Consult. 29 dez. 2016]. Disponível em <URL:<http://www.fivb.org>>.

<sup>225</sup> FIBA - [Em linha], atual. 2017.[Consult. 29 dez. 2016]. Disponível em <URL:<http://www.fiba.com>>.

<sup>226</sup> FINA - [Em linha], atual. 2017. [Consult. 29 dez. 2016]. Disponível em <URL:<http://www.fina.org>>

<sup>227</sup> Suíça é a casa das instituições desportivas - PÚBLICO. 2009.

<sup>228</sup> MEIRIM, José Manuel - Suíça: uma real especificidade desportiva. Em Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias - Vol. IV. Coimbra : Coimbra Editora, 2010, pp. 639 e ss.

211 países associados<sup>229</sup>, a ONU, 193<sup>230</sup>, a Organização Mundial do Comércio – OMC – 164 membros<sup>231</sup>.

A organização do sistema desportivo mundial é piramidal. Na base, encontra-se o desportista que se inscreve num pequeno clube membro de uma associação regional que, por sua vez, está integrado numa federação nacional que, por fim, encontra-se associada numa federação internacional de forma que a dimensão internacional da organização do desporto “...promove um complexo sistema de hierarquia entre organizações privadas (locais, regionais e sobretudo nacionais e internacionais) no qual nem sempre se apresenta fácil o enxerto de um actor externo como é o caso do Estado ...”<sup>232</sup>.

No início de dezembro de 2016 o *Les Lierres* venceu por três gols a zero o *Magara Stars*, em Bujumbura<sup>233</sup>, pela “Liga A” do Campeonato Nacional de Futebol do Burundi, pequena nação africana encravada entre Ruanda, Tanzânia e República Democrática do Congo. A partida seguiu, fielmente, as regras técnicas controladas a partir de Lausane. Caso assim não fosse, a federação de futebol do Burundi correria o risco de ser punida pela FIFA e o futebol do país poderia até ser afastado das competições internacionais, tornando o Burundi ainda mais isolado e desconhecido pelo resto do mundo. Em nenhuma outra atividade humana uma entidade transnacional tem tamanho poder e suas regras tamanho alcance.

O fato é que, numa atividade tão internacionalizada como o desporto profissional, as dificuldades para os estados nacionais eventualmente interferirem nas regras do jogo a fim de protegerem seus trabalhadores são significativas. Para não se isolar o desporto de um país, evitando o risco de criação de “ilhas desportivas”, uma eventual ação judicial para alterar as regras do jogo teria que ser proposta à jurisdição onde se situa a sede da entidade desportiva internacional ou, mais difícil ainda, através de um processo coordenado entre todos os países em que há prática profissional da determinada modalidade desportiva (cada país obrigando nas mesmas alterações sua entidade nacional) ou, ao menos, nos países

---

<sup>229</sup> Disponível em <<http://www.fifa.com>>, acessado em 29/12/16.

<sup>230</sup> Disponível em <<https://nacoesunidas.org>>, acessado em 29/12/2016.

<sup>231</sup> Disponível em <<https://www.wto.org>>, acessado em 29/12/16.

<sup>232</sup> GONÇALVES, Pedro - Entidades Privadas com Poderes Políticos - O Exercício de Poderes Públicos de Autoridade por Entidades Privadas com Funções Administrativas. Coimbra: Almedina, 2005, p. 840.

<sup>233</sup> Magara Star vs. Les Lierres - 0 - 3 - [Em linha], atual. 2017. [Consult. 26 jan. 2017]. Disponível em <URL:<http://us.soccerway.com>>.

centrais da modalidade, o que, certamente, levaria a entidade internacional a dobrar-se e alterar no mesmo sentido os pontos das regras internacionais nocivas à segurança dos desportistas profissionais<sup>234</sup>.

O desafio não é fácil de ser superado. Outras áreas do direito também enfrentam situação semelhante. No caso da fiscalidade internacional, por exemplo, a ausência de uma legislação transnacional eficaz leva a que, por vezes, o contribuinte refugie-se em Estados com legislação mais favorável, deixando de recolher tributos e, noutras ocasiões, seja tributado duas vezes pelo mesmo fato gerador, onerando sua atividade produtiva. A internacionalização crescente das atividades humanas requer novos paradigmas jurídicos que lhes acomodem.

---

<sup>234</sup> Alterando-se igualmente e simultaneamente determinado ponto da “lei do futebol” na Alemanha, Itália, Espanha, Inglaterra e Brasil, dificilmente a FIFA/IFAB não mudaria no mesmo sentido as regras mundiais do desporto.

## **Capítulo IV**

### **Apontam-se alguns caminhos**

#### **4.1 – Adequações das leis do jogo pela normatividade estadual**

A Constituição determina ao Estado assegurar condições de trabalho adequadas<sup>235</sup>, o que pressupõe o estabelecimento de normas, ações e políticas para esse fim<sup>236</sup>. A proteção estatal nessa matéria inclui o dever de conformar as regras privadas que violem esse direito fundamental através, basicamente, de dois instrumentos<sup>237</sup>.

O primeiro e mais comum é a legislação infraconstitucional. A lei pode estabelecer patamares de proteção que devem ser respeitados pelas normas privadas como, por exemplo, o limite de oito horas diárias e quarenta semanais para a jornada normal de trabalho<sup>238</sup>. Regras privadas nessa matéria, como os contratos e acordos coletivos e os acordos de empresa, não podem ir além desses quantitativos.

A intervenção do Estado nos regramentos das entidades desportivas para proteger a saúde e a segurança no trabalho dos desportistas profissionais não deve ser vista como uma ofensa à autonomia normativa das entidades. Trata-se, na verdade, de uma “conformação”<sup>239</sup> dessas normas aos direitos fundamentais. Os excessos ou eventuais desvirtuamentos seriam sindicáveis judicialmente (princípio da proibição do excesso). Ao optar por essa via, o Estado legislador deverá movimentar-se no espaço livre entre a proibição do excesso e a proibição de insuficiência<sup>240</sup>. As normas estaduais teriam que se situar, justamente, nesse meio: não inibir completamente a liberdade individual e coletiva, o que seria negar o desporto como instrumento para o desenvolvimento da personalidade (proibição do excesso) e não se furtar de proteger a saúde e a segurança no trabalho dos

---

<sup>235</sup> Artigo 59, nº 2, Constituição da República Portuguesa.

<sup>236</sup> MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui - Constituição Portuguesa Anotada. Coimbra: Coimbra Editora, 2005, p. 611.

<sup>237</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., p. 119.

<sup>238</sup> Artigo 203, nº 1, do Código do Trabalho.

<sup>239</sup> Idem, p. 35.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 121.

desportistas profissionais quando as normas das entidades desportivas não o fizerem de forma apropriada (proibição de insuficiência). Sempre será preciso também verificar se a proteção legal satisfaz as exigências mínimas para sua eficiência e se os bens jurídicos e interesses contrapostos estão corretamente avaliados<sup>241</sup>.

#### **4.2 – Adequações das leis do jogo pela via judicial**

O segundo instrumento de conformação seriam decisões judiciais para corrigir as normas desportivas que fragilizam direitos fundamentais<sup>242</sup>. Tem-se, inclusive, que a jurisdição pode, em certas circunstâncias, ir além do mínimo de proteção jurídico-constitucionalmente imposto. De acordo com Canaris, “...só se o conteúdo da proteção estiver inteiramente determinado pela Constituição é que não caberá qualquer função autônoma à proibição de insuficiência ...”<sup>243</sup>.

Como exemplo desse caminho de conformação das normas desportivas aos direitos fundamentais tem-se ações como as do Ministério Público do Trabalho Brasileiro (MPT), instituição dedicada a questões laborais de natureza coletiva, que vem provocando a atuação do judiciário brasileiro com o objetivo de proteger a saúde e a segurança dos desportistas profissionais. Uma dessas ações ocorreu para inibir a Confederação Brasileira de Futebol - CBF - entidade desportiva máxima do futebol brasileiro, a programar jogos oficiais nos horários em que a temperatura ambiente seja normalmente muito elevada. A motivação foi uma partida marcada para às quinze horas em uma das cidades mais quentes do nordeste brasileiro. Várias jogadoras passaram mal, cinco delas tendo que ser atendidas em hospitais. A temperatura no campo esteve por volta dos 39º C <sup>244</sup>.

Outra ação do MPT deu-se por ocasião da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Considerando as altas temperaturas que normalmente ocorrem em algumas cidades brasileiras justamente nos horários que aconteceriam os jogos, definidos em razão dos interesses comerciais das emissoras de televisão dos países que

---

<sup>241</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., pp. 123/124.

<sup>242</sup> Idem, pp. 124/125.

<sup>243</sup> Ibidem, pp. 124/125.

<sup>244</sup> “Jogo sob calor de 39 °C no Piauí pode render uma multa de R \$ 1 milhão à CBF” - ESTADÃO. 2015.

transmitiriam as partidas, ingressou-se com uma ação judicial para garantir “paradas técnicas” toda vez que a temperatura ambiente ultrapassasse certo patamar. As partidas seriam interrompidas por 15 minutos para hidratação dos desportistas<sup>245</sup>. A entidade máxima do futebol mundial e organizadora da competição resistiu à medida argumentando, em síntese, que: <sup>246</sup>

- a) “...Cabe à FIFA e às Federações a determinação das regras do esporte (...) e *somente a elas* os cuidados que devem ser tomados para a o regular andamento de uma partida de futebol ...”;
- b) “... não pode o Poder Judiciário se imiscuir em questão técnica do esporte e tirar do organizador a prerrogativa exclusiva de tratar de matéria afeta ao esporte ...”;
- c) “... não se pode admitir que o Poder Judiciário interfira no andamento da competição e obrigue a FIFA, ou o árbitro da partida de futebol, a tomar esta ou aquela decisão, antecipadamente ...”;

A justiça brasileira não acolheu as alegações da FIFA e deferiu os pedidos do MPT. A competição transcorreu normalmente, não tendo sido reportado nenhum prejuízo técnico aos jogos ou qualquer redução da atratividade comercial da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Outra interferência nas regras do desporto buscada por meio judicial foi a ação proposta na justiça americana para reduzir os riscos de lesões decorrentes dos choques de cabeça. Os autores apresentaram uma série de documentos e estudos comprovando o risco, especialmente para crianças, dos choques com a cabeça que são comuns no futebol. Esse ponto foi fundamental para o sucesso da demanda: a qualidade do aparato probatório a subsidiar o pleito de alteração das leis do futebol. Foram apresentados diversos estudos médicos, estatísticas e

---

<sup>245</sup> 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Ação Civil Pública nº.0000826-34.2014.5.10.0001. Autor: Ministério Público do Trabalho, Réu: Fifa World Cup Brasil Assessoria Ltda, Disponível em [www.pje.trt10.jus.br](http://www.pje.trt10.jus.br).

<sup>246</sup> Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Mandado de Segurança nº 000210-62.2014.5.10.0000, Autor: Fifa World Cup Brasil Assessoria Ltda, Disponível em [www.pje.trt10.jus.br](http://www.pje.trt10.jus.br).



relatórios de conferências médicas na área de saúde desportiva apontando os riscos e danos causados pelos choques de cabeça aos desportistas mirins<sup>247</sup>.

#### **4.3 – Outras formas de estimular a segurança no trabalho no desporto profissional**

O exercício do dever estatal de proteger a segurança no trabalho dos desportistas profissionais também pode ser buscado pelo manejo de processos administrativos, conduzidos por entidades públicas com atribuições afetas à questão. Negociando-se com as entidades desportivas e valendo-se de informações sobre os riscos que ameaçam o direito fundamental à segurança no trabalho fornecidas por instituições técnicas, públicas ou privadas, o Estado buscaria adequar as “leis do jogo”, sem a necessidade da imposição de medidas legislativas ou judiciais, preservando-se, assim, o máximo possível, a autonomia desportiva.

Na linha desse entendimento e tratando especificamente do caso das regras do jogo desportivo, Alessandra Pence de Carvalho Monteiro aponta que “... O Estado (... teria ...) o dever de fiscalizar se os regulamentos e as regras das diversas modalidades desportivas oferecem um patamar desejável de proteção e respeito à integridade física dos atletas, pois, se é certo que todos os esportes e atividades físicas apresentam riscos inerentes à sua prática, é ainda mais certo que existem formas de minimizar estes riscos e preservar a boa saúde dos praticantes

---

<sup>247</sup> Alguns dos estudos técnicos apresentados para subsidiar a Class Action: “Pathological Changes”, “Metabolic Changes”, “Symptoms, Why Youth Soccer Players Are Vulnerable”, “Incidence of Concussion in Soccer and the Higher”, “Incidence of Concussions in Females”, “Consensus Best Practices for the Treatment of Concussion for the Period 2002-Present”, “Vienna Protocol”, “National Athletic Trainers’ Association Position Statement: Management of Sport-Related Concussion”, “American College of Sports Medicine Concussion Consensus Statement, Return to Play”, “The 2008 Zurich Protocol”, “Even the “NFL Adopts Stricter Statement on Return to Play Following Concussions” “the NFL Implemented a Standardized Concussion Assessment Protocol”, “American College of Sports Medicine’s Concussion (Mild Traumatic Brain Injury) and the Team Physician: A Consensus Statement”, “American Academy of Neurology”, “Zurich II Protocol” - U.S. DISTRICT COURT NORTHERN DISTRICT OF CALIFORNIA, Class Action Complaint, Case nº 14-cv-3879 2015 - , 2015. Disponível em <<http://www.law360.com>>.

...”<sup>248</sup>. A intervenção estatal, de acordo com a pesquisadora, poderia ocorrer pela iniciativa de qualquer instituição estatal, inclusive o Ministério Público. Também caberia ao Estado *fiscalizar e cobrar o cumprimento das normas das próprias entidades desportivas* que não são cumpridas por entidades promotoras de eventos. Como exemplo, tem-se o caso de uma regra da Confederação Brasileira de Boxe para preservar a saúde e a vida dos lutadores que não vinha sendo cumprida. O referido dispositivo regulamentar preconizava que o pugilista nocauteado não deveria voltar aos ringues por, no mínimo, dois meses. A Comissão de Estudos Jurídicos do Ministério do Esporte Brasileiro elaborou parecer sugerindo a obrigatoriedade da regra para todas as entidades organizadoras de eventos desportivos com a previsão de aplicação de sanções no caso de descumprimento<sup>249</sup>.

Alessandra Monteiro aponta, ainda, uma série de medidas que poderiam contribuir para a construção de um cenário desportivo mais consciente em que os desportistas profissionais possam vir a fazer suas escolhas com real autonomia e que a sua integridade física seja suficientemente protegida como, por exemplo: (a) a promoção de políticas de educação ligadas aos riscos inerentes à prática desportiva e à cultura de extrema competitividade; (b) a responsabilização civil ou penal de treinadores e clubes que omitam informações sobre as reais condições de saúde dos atletas e; (c) o reconhecimento de uma nova modalidade de assédio moral quando se identificar que o desportista profissional sofreu pressões psicológicas exageradas dos treinadores, clubes ou patrocinadores<sup>250</sup>.

Merecem destaque, também, situações em que a conformação das regras técnicas desportivas aos direitos fundamentais é buscada pelas próprias entidades desportivas ao perceberem seu impacto negativo, especialmente para as crianças e adolescentes. Um caso foi o da federação galega de futebol que iniciou a discussão sobre a possibilidade de limitar as “goleadas” nos jogos de futebol dos campeonatos entre crianças. Placares como “25 x 0” no escalão de formação destinados a jovens de até doze anos levaram à reflexão sobre a possibilidade de

---

<sup>248</sup> MONTEIRO - Desporto e ..., p. 154.

<sup>249</sup> CANARIS - Direitos Fundamentais ..., p. 154.

<sup>250</sup> MONTEIRO - Desporto e ..., p. 153.

resultados assim provocarem efeitos nocivos e desnecessários ao desenvolvimento psíquico dos desportistas mirins<sup>251</sup>.

A proposta resultante da discussão empreendida no âmbito da Federação de Futebol da Galícia e encaminhada ao Comitê de Futebol foi no sentido do congelamento dos resultados a partir de uma determinada diferença de gols no futebol infantil. Outras sugestões da federação galega de alteração nas regras do futebol para reduzir a violência e os danos à saúde nos jogos são a permissão de substituições temporárias na primeira e segunda categorias infantis, adaptações no tempo de jogo de acordo com a categoria e autorizar-se os árbitros a suspenderem as partidas no caso de insultos graves que partam do público assistente<sup>252</sup>.

A impunidade penal das lesões corporais dolosas provocadas no curso dos espetáculos desportivos também pode estimular a violência no desporto amador e escolar, onde é natural buscar-se repetir os comportamentos do desporto profissional. O mesmo se dá em relação às torcidas, estimuladas pelo clima de selvageria.

A submissão dos atletas a condições de trabalho contrárias à sua saúde e segurança, como jogos de futebol em horários de altas temperaturas, desaconselháveis para a prática de esforços físicos intensos, apenas para atender a interesses econômicos, também se traduz em uma forma de atentado a direitos fundamentais dos desportistas.

Outra questão que merece reflexão seria a transformação de desportos em que a lesão ao corpo humano não infringe as “leis do jogo”, ao contrário, é o objetivo principal, em produtos comerciais altamente rentáveis que são avidamente explorados pelos meios de comunicação, caso do boxe e do MMA, o que poderia ser incompatível com objetivos civilizacionais e de construção da paz e não violência perseguidos pelos Estados Democráticos de Direito. Estimular o prazer mórbido de se ver um ser humano sangrar, ser nocauteado, e ter isso como “natural” e não censurável, talvez estimule uma cultura da violência e de desumanização contrariando, inclusive, a política constitucional para o desporto, que tem a prevenção da violência como um dos seus objetivos (artigo 79, nº 2, parte

---

<sup>251</sup> Jornal “A Bola”, edição de 09/11/2016.

<sup>252</sup> Federación Gallega de Fútbol - A reunión para analizar o fútbol base en Galicia resultou moi productiva - [Em linha], atual. 2016. [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em <URL:<http://www.futgal.es>>.

final, CRP). Se em nome da liberdade e da autonomia individual for necessário aceitar e conviver com desportos assim, deve-se, ao menos, refletir se não seria o caso de desestimulá-los, não permitindo sua veiculação por meios de comunicação de massa, como a televisão. Restrições como essa já incidem sobre atividades que proporcionam prazer, mas provocam danos à coletividade, como é o caso do fumo. Em diversos países, a propaganda do cigarro é proibida, apesar de fumar ser permitido.

## **V - Conclusões**

Iniciou-se este trabalho recordando como é jovem a atual configuração do desporto como fenómeno social e económico de massas. Dissociado de funções místicas, ritualísticas ou não circunscrito apenas à aristocracia, trata-se de algo com menos de cem anos, ou seja, um bilionésimo do tempo de existência da humanidade ou um centésimo da vida dita civilizada. Muito pouco para se acreditar que seu formato esteja absolutamente sedimentado.

Reconhecendo que o sucesso do desporto está fortemente relacionado com a liberdade e autonomia que oferece, quase um dos últimos refúgios de vidas excessivamente organizadas e planificadas, obcecadas pela previsibilidade, enfatize-se que essa função deve ser exercida em compasso com os direitos fundamentais e a dignidade humana, grandes conquistas da humanidade, o que significa dizer que o desporto profissional precisa compatibilizar liberdade e autonomia com o direito dos desportistas profissionais ao trabalho seguro. Tratam-se, todos (direitos ao desporto, à liberdade, à autonomia privada, ao desenvolvimento da personalidade e à segurança no trabalho) de direitos fundamentais insertos nas modernas constituições de carácter social, como é o caso da portuguesa.

Pode-se observar que o Estado, ainda que timidamente, parecendo receoso ao entrar numa área para a qual só o convidam quando dele precisam, vem avançando, perifericamente, no exercício do seu dever de proteção da segurança no trabalho dos desportistas profissionais que, longe de serem apenas as “estrelas” que se sobressaem nos grandes clubes das divisões superiores, constituem-se em um exército de trabalhadores com remunerações medianas ou baixas, de vida profissional extremamente curta, laborando em uma atividade com grande incidência de acidentes e doenças profissionais.

A doutrina e a jurisprudência, ciosas e respeitosas da autonomia desportiva, ainda consideram que as “leis do jogo” seriam matéria da competência exclusiva das entidades do desporto, apesar de virem percebendo, cada vez mais, pelo que

se depreende de repetidas decisões dos tribunais administrativos, a forte transversalidade dos direitos fundamentais.

O internacionalismo e o pluralismo da normatividade desportiva, que não se submete facilmente às soberanias estaduais, impõem-se como desafios às instituições públicas e privadas interessadas em buscar níveis adequados de segurança do trabalho no desporto profissional.

O grau de autonomia do desportista, praticamente inexistente quando o desporto é “profissão” e, menos ainda, quando se está subordinado por contratos de trabalho, como ocorre no futebol profissional, por exemplo, pode ser um importante critério para se verificar a necessidade e a medida em que o Estado deve exercer o seu dever de proteção ao direito fundamental do desportista profissional à segurança no trabalho.

## VI - Bibliografias

**ALMEIDA, Carlos Ferreira de** - Os sistemas normativos do desporto. Em *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles - Volume I*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. p. 285–306.

**AMADO, João Leal** - *Vinculação versus Liberdade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. ISBN 972-32-1128-9.

**ASSOCIATION NATIONAL STRENGTH AND CONDITIONING** - *Guia de Condicionamento Físico - diretrizes para elaboração de programas*. Barueri: Editora Manolé, 2012. ISBN 978-85-204-4520-4.

**CANARIS, Claus-Wilhelm** - *Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 978-972-40-1982-6.

**CANOTILHO, J. J. Gomes** - Internormatividade Desportiva e Homus Sportivus. Em *Direito do Desporto Profissional - Contributos de um Curso de Pós-Graduação*. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4432-3. p. 7–25.

**CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital** - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 4ª edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1464-4.

**CARDOSO, Maria Manuela de Melo** - Acidentes de Trabalho. Em *O desporto que os tribunais praticam*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 377– 424.

**CARRASCOSA, Julián Hontangas** - *El derecho a la salud en el deporte*. 1ª edição, Madrid: Reus, 2016. ISBN 978-84-290-1933-9.

**CASADO, Eduardo Gamero** - Bases Estructurales del Sistema Deportivo. Em *Fundamentos de Derecho Deportivo (Adaptado a Estudios no Jurídicos)*. Madrid : Editorial Tecnos, 2012. ISBN 978-84-309-5597-8. p. 55–74.

**CORBACHO, José Manuel Ríos** - *Violencia, deporte y Derecho penal*. Madrid: Reus, 2014. ISBN 978-84-290-1777-9.

**GOMES, Carla Amado** - *Defesa da Saúde Pública vs. Liberdade Individual Casos da vida de um médico de saúde pública*. Lisboa: Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999.

**GONÇALVES, Pedro** - A “soberania limitada” das federações desportivas. *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 59, 2006.

**GONÇALVES, Pedro** - *Entidades Privadas com Poderes Políticos - O Exercício de Poderes Públicos de Autoridade por Entidades Privadas com Funções Administrativas*. Coimbra: Almedina, 2005

**MACHADO, João Baptista** - *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. 9ª reimpressão, Coimbra: Almedina, 1996. ISBN 972-40-0471-6.

**MAJADA, Arturo** - Naturaleza jurídica del contrato deportivo. *Revista general de derecho*, 1948, ISSN 0210-0401.

**MARMELSTEIN, George** - *Direitos Fundamentais*. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451357.

**MEIRIM, José Manuel** - As Questões Estritamente Desportivas. Em *O desporto que os tribunais praticam*. [S.l.]: Coimbra Editora, 2014. p. 811–836.

\_\_\_\_\_ *Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto - Estudo, Notas e Comentários*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006, ISBN 978-972-32-1522-9.



\_\_\_\_\_ Suíça: uma real especificidade desportiva. Em *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias - Vol. IV*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

\_\_\_\_\_ *Temas de Direito do Desporto*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006. ISBN 972-32-1375-3.

**MESTRE, Alexandre Miguel** - *O Desporto na Lei - Guia Prático*. Porto: Vida Económica, 2014. ISBN 978-989-768-062-5.

**MIRANDA, Jorge** - *Manual de Direito Constitucional - Vol. IV*. 2ª edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, ISBN 9789723218039

**MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui** - *Constituição Portuguesa Anotada*. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1307-9.

**MONTEIRO, Alessandra Pearce De Carvalho** - Desporto e Integridade Física. Em *Direitos Humanos e Ética no Desporto*. Coimbra: Coimbra Editora, 2015. ISBN 978-989-20-5813-9. p. 139 – 154.

**NOLASCO, Carlos** – Entre a Técnica da Força e a Força da Técnica. A Competição Jurídica pelo Espaço Desportivo. Em *Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.) - Livro de atas do 4º Congresso Português de Sociologia*.

\_\_\_\_\_ O Caracter Pluralista do Direito do Desporto. *Revista Crítica de Ciências Sociais* – Nº 60. Coimbra. Instituto Piaget, 2001, 141-169.

**NOVAIS, Jorge Reis** - *A Dignidade da Pessoa Humana*. Coimbra: Almedina, 2016. ISBN 978-972-40-6346-1.

**OTERO, Paulo** - *Legalidade e Administração Pública*. Coimbra: Almedina, 2003

**PERALTA PRADO, Daniel** – *Normas Desportivas Internacionais e Ordenamento*

*Jurídico Desportivo Global*. Curitiba. 2015. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br>>.

**PIMPÃO, Céline Rosa** - *A tutela do trabalhador em matéria de segurança, (higiene) e saúde no trabalho*. 1ª edição, ed. Coimbra : Coimbra Editora, 2011. ISBN 978-972-32-1927-2.

**SALES, Tainah Simões** - O Direito Fundamental à Liberdade contratual e o Princípio da Autonomia da Vontade à Luz da Constitucionalização das Relações Privadas. Em *Relações privadas e democracia*, 1ª edição, Florianópolis: FUNJAB, 2013.

**SARTRE, Jean-Paul** - *O Ser e o Nada*. 13ª edição, São Paulo: Vozes, 2005.

**STRECK, Lenio Luiz** - O dever de proteção do Estado (Schutzpflicht). *Revista Jus Navegandi*, Disponível em <<https://jus.com.br/artigos>>.

**TEN, Javier Rodríguez** - La protección del menor en el fútbol: de dónde venimos y hacia dónde vamos. Fair Play. *Revista de Filosofía, Ética y Derecho del Deporte*. [Em linha] 8:2016) 31–45. Disponível em <URL:[www.upf.edu/revistafairplay](http://www.upf.edu/revistafairplay)>.

**THÉLOT, Bertrand et al.** - Épidémiologie des accidents traumatiques en pratique sportive en France. Numéro thématique. Activité physique ou sportive : des bénéfices pour la santé à tout âge. *Bulletin Epidémiologique Hebdomadaire* N° 30-31. 2015) 580–9.

**WEIR, David R.; JACKSON, James S.; SONNEGA, Amanda** - National Football League Player Care Foundation. *Study of Retired NFL Players*. [S.l.] : University of Michigan - Institute For Social Research, 2009.

**WINDHOLZ, Eric** - Professional sport, work health and safety law and reluctant regulators. *SPORTS LAW EJOURNAL*. 2015).

**ZAMBRANA, Karel Luis** Pachot - El Derecho Constitucional al Deporte en la Doctrina y el Derecho Comparado, em *Revista Mexicana de Derecho Constitucional* - nº 35, Instituto de Investigaciones Jurídicas/UNAM, 2016, disponível em [www.juridicas.unam.mx](http://www.juridicas.unam.mx).

## **VII - Sítios da internet consultados**

<http://dialnet.unirioja.es>  
<http://expresso.sapo.pt>  
<http://itabi.infonet.com.br>  
<http://iusport.com>  
<http://revistaepoca.globo.com>  
<http://us.soccerway.com>  
<https://criancasatortoeadireitos.wordpress.com>  
<https://expresso.sapo.pt>  
<https://meusalario.pt>  
<https://nacoesunidas.org>  
<https://noticias.bol.uol.com.br>  
<https://org.fpf.pt/pt>  
<https://pt.wikipedia.org>  
<https://revistatenis.uol.com.br>  
[revistaepoca.globo.com](http://revistaepoca.globo.com)  
[www.acritica.com](http://www.acritica.com)  
[www.act.gov.pt](http://www.act.gov.pt)  
[www.aenfermagemasleis.pt](http://www.aenfermagemasleis.pt)  
[www.alea.pt](http://www.alea.pt)  
[www.bls.gov/iif](http://www.bls.gov/iif)  
[www.cand.uscourts.gov](http://www.cand.uscourts.gov)  
[www.cand.uscourts.gov](http://www.cand.uscourts.gov)>  
[www.dn.pt](http://www.dn.pt)  
[www.ebiografia.com](http://www.ebiografia.com)  
[www.fiba.com](http://www.fiba.com)  
[www.fifa.com](http://www.fifa.com)  
[www.fifpro.org](http://www.fifpro.org)

[www.fina.org](http://www.fina.org)

[www.fivb.org](http://www.fivb.org)

[www.futgal.es](http://www.futgal.es)

[www.law360.com](http://www.law360.com)

[www.maisfutebol.iol.pt](http://www.maisfutebol.iol.pt)

[www.mecd.gob.es](http://www.mecd.gob.es)

[www.pgdlisboa.pt](http://www.pgdlisboa.pt)

[www.pje.trt10.jus.br](http://www.pje.trt10.jus.br)

[www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

[www.publicadireito.com.br](http://www.publicadireito.com.br)

[www.tribunalarbitraldesporto.pt](http://www.tribunalarbitraldesporto.pt)

[www.upf.edu/revistafairplay](http://www.upf.edu/revistafairplay)

[www.wto.org](http://www.wto.org)

## **Índice**

Declaração de compromisso antiplágio .....	I
Agradecimentos .....	II
Modo de citar e língua .....	III
Lista de abreviaturas .....	IV
Número de caracteres .....	V
Resumo .....	VI
Abstract .....	VII
Introdução .....	1
Capítulo I – O estado atual da questão .....	3
1.1 – O problema .....	3
1.2 – Delimitação do objeto de estudo .....	5
Capítulo II – A segurança no trabalho no desporto profissional .....	6
2.1 – Desporto e sociedade .....	6
2.2 – O risco no desporto profissional .....	9
2.3 - Acidentes e doenças no desporto profissional .....	12
2.4 - Normas públicas relacionadas à segurança no trabalho do desportista profissional .....	18
Capítulo III – O Estado e a segurança no trabalho do desportista profissional ....	25
3.1 - O dever de proteção aos direitos fundamentais .....	25
3.2 – O direito do desportista profissional à segurança no trabalho .....	32
3.3 – Liberdade e autonomia do desportista profissional .....	36
3.4 - A ponderação entre a liberdade/autonomia individual e as restrições necessárias à proteção à saúde no trabalho .....	47

3.5 – A reserva de jurisdição para as questões estritamente	
desportivas e a segurança no trabalho do desportista profissional .....	54
3.6 – O internacionalismo das normas técnicas do desporto .....	58
3.6.1 – Natureza .....	58
3.6.2 – Pluralismo jurídico .....	64
3.6.3 – O desafio .....	73
Capítulo IV – Apontam-se alguns caminhos .....	76
4.1 – Adequações das leis do jogo pela normatividade estadual .....	76
4.2 – Adequações das leis do jogo pela via judicial .....	77
4.3 – Outras formas de estimular a segurança no trabalho	
no desporto profissional .....	79
V – Conclusões .....	83
VI – Bibliografias.....	85
VII – Sítios da internet consultados .....	90